



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 71

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 19 de Março de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15 horas e 30 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia:

Após a leitura da correspondência, passou-se ao período destinado a intervenções de interesse político-relevante para a Região em que produziram intervenções os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*) e Aires Reis (*PSD*).

Na sequência das intervenções acima referidas, usaram da palavra para esclarecimentos os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*), Luís Sequeira de Medeiros (*PSD*), António Gomes (*PS*), Luís Paulo Alves (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*).

Período da Ordem do Dia:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional – “alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/98/A, de 6 de Novembro que adapta à Região Autónoma dos Açores o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário”, apresentado pelo Partido Socialista.

No debate, na generalidade, usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco de Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*), Costa Pereira (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*).

Submetido à votação na generalidade, especialidade e votação final global, o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos.

—

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 35 minutos)

Peço ao Sr. Secretário o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Dionísio Mendes de Sousa

Fernando Manuel Machado Menezes

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Francisco Couto de Sousa

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José Humberto Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Osório Meneses da **Silva**

Paulo Manuel **Ávila** **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel Ribeiro Arruda

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Artur Manuel Leal Lima

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Pode entrar o Público. Está aberta a Sessão.

Vamos fazer a leitura da correspondência que entretanto chegou à Mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Gabinete do Ministro da República um ofício informando do envio para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional nº. 10/2003 – “Constituição e manutenção das reservas de segurança de produtos de petróleo”, aprovado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em 19 de Fevereiro de 2003.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Gabinete do Ministro da República um ofício informando que foi enviado para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional nº 11/2003, que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 521/99, de 10 de Setembro, relativo ao regime das instalações de gás combustível em imóveis”.

Secretário (*António Loura*): Do Gabinete do Ministro da República um ofício informando do envio para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo

Regional nº. 12/2003 -“Desafecção do regime florestal de uma parcela de terreno baldio no núcleo florestal da Achada, no perímetro florestal da Ilha Terceira”.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Gabinete do Ministro da República um ofício informando que foi enviado para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional nº 14/2003 que “Reestrutura os fundos escolares dos estabelecimentos de ensino e extingue o fundo regional de acção social escolar”.

Secretário (*António Loura*): Do Gabinete do Ministro da República um ofício informando do envio para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional nº. 18/2003 – “Aplicação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei nº. 39/2002, de 26 de Fevereiro, no que respeita à designação dos órgãos de direcção técnica dos hospitais, composição dos respectivos conselhos técnicos e flexibilização da contratação de bens e serviços pelos hospitais”.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Conselho de Opinião da RDP, um ofício remetendo o programa da visita do CO a S. Miguel, os relatórios das visitas a S. Miguel e à Madeira, bem como as actas nºs. 7/02, 8/02 e 1/03.

Secretário (*António Loura*): Do Sr. Deputado José Decq Mota, do Grupo Parlamentar do PCP, o seguinte requerimento:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

O Centro de Saúde da Praia da Vitória, cujas actuais instalações foram recentemente inauguradas, é uma importante unidade do Serviço Regional de Saúde, que serve uma significativa faixa da população da Ilha Terceira.

Os indicadores da actividade daquele Centro de Saúde quer no que toca a consultas, a SAP, a apoio domiciliário, consulta materno infantil, de entre outros, demonstram que para além de ser uma unidade com novas instalações e, nalgumas situações, excelentes equipamentos como é o caso da radiologia e da estomatologia, é principalmente uma unidade que dá uma elevada resposta às necessidades dos utentes.

Em recente visita realizada a esse Centro de Saúde pude, entretanto, constatar algumas situações, especialmente na área do pessoal, que urge equacionar e resolver.

De facto, verifica-se que o número de clínicos gerais existentes determina que cerca de 6000 utentes não disponham de médico de família; verifica-se que a excelente sala de estomatologia não é utilizada dado que o lugar de estomatologista não foi preenchido; que é necessário mais um fisioterapeuta para o respectivo serviço poder corresponder às necessidades, etc.

Sendo certo que este Centro de Saúde, com novas instalações, com uma boa capacidade de resposta, cumpre no essencial as suas tarefas e responsabilidades, é também certo que cabe à Administração Regional criar as condições necessárias para que todo o investimento feito e todo o esforço quotidiano feito pelos profissionais que nele trabalhem, possam ser integralmente aproveitadas a bem dos utentes.

Assim sendo, requero ao Governo Regional ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, resposta urgente para as questões seguintes:

1º - Qual o número de clínico gerais que deveriam prestar serviço no Centro de Saúde da Praia da Vitória?

2º - Qual a razão porque ainda não foi aberto concurso ou autorizada a contratação de um estomatologista ou médico dentista para prestar serviço naquele Centro de Saúde, que, por sinal, dispõe de um excelente consultório para aquela especialidade?

3º - Quais são as perspectivas de poderem vir a ser autorizadas colocações ou contratações de um fisioterapeuta e de outros técnicos de saúde que se revelam necessários?

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 18 de Março de 2003

O Deputado Regional do PCP, José Decq Mota”.

Secretário (Raúl Rego): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº. 252/VII, apresentado pelo Sr. Deputado José Francisco Fernandes, do PSD:

“Excelência,

Em resposta ao requerimento em epígrafe, cumpro-me transmitir a V. Exa. que se constatou não ser necessário proceder a qualquer reforço do quadro de pessoal por se ter apurado que a Escola do 1º. Ciclo das Lajes das Flores dispõe dos recursos

humanos necessários a garantir o bom funcionamento da escola e a segurança e apoio dos alunos.

Com a mais elevada consideração e estima pessoal,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (António Loura): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº. 293/VII, apresentado pelo Sr. Deputado Mark Marques, do PSD:

“Excelência,

Em resposta ao requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Exa. que não está prevista no Plano de Investimentos para a Região em 2003 nenhuma acção de reabilitação do troço da Estrada Regional nº. 1-2ª. Entre Urzelina-Terreiros-Manadas na Ilha de S. Jorge.

Com a mais elevada consideração e estima pessoal,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (Raúl Rego): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº. 279/VII, apresentado pelo Sr. Deputado José Decq Mota, do PCP:

“Excelência,

Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. No período compreendido entre 11 de Setembro e 31 de Dezembro de 2002, não foi concedida autorização para operação de 77 escalas técnicas, devendo entender-se como escalas técnicas os voos que, não tendo por destino final as Lajes, solicitaram a aterragem em escala para fins de reabastecimento ou troca de tripulações.
2. As referidas escalas não podem ser consideradas como "programadas", uma vez que as autorizações foram solicitadas pelas companhias ao Instituto de Aviação Civil e à 2º. Divisão do Estado-Maior da Força Aérea, com uma antecedência que variou entre os 3 dias e os 2 meses.
3. Estes cancelamentos não foram efectuados pelo Comando da Zona Aérea dos Açores da FAP, pois foram emanados pela 2ª. Divisão do Estado-Maior da Força

Aérea e posteriormente transmitidas pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, conforme consta nas cópias dos ofícios de resposta às transportadoras e aos "handlers".

4. Foram solicitados os devidos esclarecimentos sobre este assunto junto do Ministério da Defesa, tendo a resposta remetido para a Resolução nº. 36/80, de 13 de Maio, publicada no Jornal Oficial, Série, nº. 17, a qual define o Aeroporto de Santa Maria para escalas técnicas. Face ao exposto, o Ministério da Defesa foi informado de que o entendimento do Governo Regional dos Açores é no sentido de que, à semelhança dos procedimentos até à presente data adoptados, deverão ser autorizadas as escalas técnicas no Aeroporto das Lajes, Ilha Terceira, desde que estas sejam solicitadas e que não seja manifestado interesse em realizarem-se no aeroporto de Santa Maria.

5. Os 77 voos de escala técnica que foram cancelados, no período compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro de 2002, não serão operados na Região Autónoma dos Açores. A partir de 1 de Janeiro de 2003 já foram autorizadas 17 escalas técnicas no Aeroporto das Lajes, tendo-se ainda registado 1 cancelamento de autorização de escalas técnicas naquele aeroporto. Assim sendo, continuaremos atentos ao evoluir da situação até que a normalidade seja reposta.

6. Os prejuízos directos calculados reflectem-se num total de perdas garantidas mínimas de cerca de 1.307.344€ e os indirectos foram avaliados na ordem dos 100.000,00€, valor este gerado por receitas adicionais.

7. A posição política do Governo Regional dos Açores sobre este assunto é no sentido de que, à semelhança dos procedimentos adoptados até à presente data, deverão ser autorizadas as escalas técnicas no Aeroporto das Lajes - Ilha Terceira, desde que estas sejam solicitadas e que não seja manifestado interesse em realizarem-se no aeroporto de Santa Maria. Considerando que em 3 de Janeiro de 2003 foi negada a escala de um CL60, de nacionalidade americana, para reabastecimento no dia 4 de Janeiro, tendo o referido voo como origem Belize e destino Tel Aviv, não poderemos determinar a existência ou não de uma eventual pressão americana sobre estes cancelamentos. Assim sendo, continuaremos a defender a posição política assumida, pois a divergência destas

escalas técnicas para outros aeroportos fora da Região Autónoma dos Açores, conduz a importantes défices económicos, tanto para as Lajes, em particular, como para o arquipélago, em geral.

Com a mais elevada consideração e estima pessoal,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (António Loura): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº 248/VII, apresentado pelos Srs. Deputado Victor Cruz e outros, do PSD:

“Excelência,

Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. Os dados estatísticos da safra do atum nos últimos cinco anos são os abaixo discriminados:

Descarga de atum nos Açores e na Madeira por embarcações açoreanas

	Bonito	Albacora	Patudo	Rabilho	Voador	Total Atum (Kg)	Valor Atum (€)
1996	6,445,332	2,401	2,351,838	17,230	971,988	9,788,788	6,099,508
1997	3,689,252	8,770	3,051,861	122,733	186,791	7,059,406	4,818,546
1998	3,745,338	1,223	4,149,171	98,499	41,738	8,035,969	5,658,230
1999	1,455,020	0	2,022,019	1,650	202,977	3,681,666	3,478,479
2000	1,058,436	377	930,531	886	240,707	2,230,937	3,394,190
2001	1,313,802	1,337	529,667	58	304,844	2,149,708	3,321,723
2002*	1,920,379	0	538,902	0	767,155	3,226,436	4,645,717

* Até Outubro inclusivé.

2. O protocolo prevê o apoio na aquisição de atum a países terceiros. Como se trata de um apoio estatal (da Região a privados), em 9 de Julho de 2002, foi enviado para notificação à Comissão Europeia.

Quando se obtiver parecer favorável da Comissão Europeia, será submetida à Assembleia Legislativa Regional uma proposta de Decreto Legislativo Regional, definindo a constituição e as regras de funcionamento do respectivo Fundo. Como contrapartida as conserveiras obrigam-se a manter a laboração com o mesmo número de trabalhadores que existiam aquando da assinatura do protocolo.

3. Os apoios concedidos às empresas conserveiras, em 2002, foram os seguintes:

- Portaria SRAP/2002/141, de 27 de Agosto - concede um apoio à empresa Santa Catarina no valor de 33 375,15€

- Portaria SRAP/2002/160, de 1 de Outubro - concede um apoio à empresa PESCATUM no valor de 33 375,00€

- Portaria SRAP/2002/161, de 1 de Outubro - concede um apoio à empresa Sociedade Corretora, Lda. no valor de 33 375,00€

- Portaria SRAP/2002/162, de 1 de Outubro - concede um apoio à empresa COFACO Açores no valor de 92 794,00€

Com a mais elevada consideração e estima pessoal,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (Raúl Rego): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº 215/VII, apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, do PSD:

“Excelência,

Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Ex. a seguinte informação:

1. Situação actual nas várias ilhas

1.1 Terceira

Actualmente a praga cobre toda a ilha Terceira, ainda que de forma pouco intensa, povoando em particular as latitudes intermédias (200 a 400m), com os principais focos centrados nas freguesias dos Altares a Noroeste; Santa Bárbara/Cinco Ribeiras a Sudoeste; Porto Judeu/São Sebastião a Sudeste e; Fontinhas/Agualva a Nordeste.

1.2 Faial

Após a detecção do primeiro escaravelho em Agosto de 1996 no Monte da Guia (área adjacente a um parque de campismo) tem-se registado uma ligeira dispersão da praga, pelo que se salienta o seu recente aparecimento (embora em muito baixa densidade populacional) nas freguesias de Feteira, Castelo Branco, Flamengos, Praia do Almojarife, Pedro Miguel, Ribeirinha e Salão.

2. Medidas de combate e controlo, desde 1996

2.1 Ensaios de métodos de luta biológica: nemátodos e armadilhas de autodisseminação de fungos patogénicos, realizados nas duas ilhas;

2.2 Produção de esporos de fungo entornopatogénico em laboratório - apenas na ilha Terceira;

2.3 Importação, largada e monitorização de insectos parasitóides - apenas na ilha Terceira;

2.4 Estudos de biologia/ecologia da praga - realizados nas duas ilhas;

2.5 Inspeção fitossanitária a vegetais, produtos vegetais e outros objectos, nos termos da Portaria Regional n.º. 51/95, de 3 de Agosto, com as alterações introduzidas

pela Portaria Regional n.º. 6 5/97, de 7 de

Agosto e pela Portaria Regional n.º. 23/09, de 6 de Maio - realizadas nas duas ilhas;

2.6 Monitorização da população larvar e adulta do escaravelho japonês - realizada nas duas ilhas;

2.7 Instalação e testagem duma câmara de fumigação com 3m³ - apenas na ilha Terceira;

2.8 Pulverização das zonas de quarentena em volta dos portos e aeroporto, com insecticida químico (s.a. Cabaril) - realizada nas duas ilhas;

2.9 Ensaios com insecticidas químicos - realizados nas duas ilhas;

2.10 Medidas de protecção fitossanitárias, conforme definidas no Decreto-Lei n.º. 517/99, de 4 de Dezembro (transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas da Comissão n.º. 98/22/CE; de 15 de Abril, 98/100/CE, de 21 de Dezembro e 1999/53/CE, de 26 de Maio) e complementadas pelas Portarias Regionais n.º. 51/95, de 3 de Agosto, 65/97, de 7 de Agosto e 23/99, de 6 de Maio.

2.11 Instalação de armadilhas de despistagem, anualmente em todas as ilhas, nas zonas consideradas críticas, no período de Abril a Outubro.

3. Balanço dos resultados obtidos.

O impacto do escaravelho nas culturas da ilha Terceira, não tem tido significado, apreciando-se que os níveis médios da população larvar actualmente registados não proporcionam impacto significativo sobre a quantidade de pastagem permanente disponível, quando a mesma é submetida a correctas práticas culturais, bem como a preferência alimentar do escaravelho adulto recai sobre as folhas de silva espontânea, pelo que as restantes espécies ficam normalmente preservadas de prejuízos de maior dimensão, de acordo com estudos técnico-científicos desenvolvidos pelo SDA Terceira.

Relativamente à ilha do Faial tecnicamente não são conhecidos quaisquer estragos ou danos nas culturas agrícolas.

Apesar de dispersa, a praga é acompanhada na sua dinâmica pelos serviços técnicos do SDAT e do SDAF, através duma rede, de monitorização.

Ao crescimento populacional nas novas áreas, colonizadas pelo escaravelho japonês seguir-se-à um reequilíbrio natural sob a influência dos agentes de controlo biológico (predadores, parasitóides, fungos, nemátodos, etc.), bem como das práticas culturais (lavouras, emprego de pesticidas, rotações, etc.)

A identificação do fungo *Metarhizium sp* em larvas de escaravelho encontradas mortas no campo conferem a esta espécie um papel privilegiado na lista dos principais factores naturais de controlo. No entanto, a existência na ilha Terceira de outros fungos (*Beauveria*) e de nemátodos (*Heterorhabditis* e *Steinernema*) perspectivam também a contribuição destes microorganismos.

4. Condicionalismos ou limitações ao nível da exportação e circulação de produtos vegetais

A circulação de produtos vegetais na Região, no País e na Comunidade não obedece a outros condicionalismos ou limitações para além daqueles que se encontram referidos na legislação mencionada.

A exportação para países terceiros desenrola-se nos termos da legislação em vigor nos respectivos países.

Em qualquer dos casos podemos afirmar não ser do conhecimento dos Serviços que qualquer transacção de produtos vegetais tenha sido inviabilizada devido à existência do escaravelho japonês nas ilhas Terceira e Faial.

Com a mais elevada consideração e estima pessoal,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (António Loura): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº 244/VII, apresentado pelos Srs. Deputados Bento Barcelos e outros do PSD:

“Excelência,

Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. O facto de a organização do *Festival MusicAtlântico* ter sido cometida à Casa dos Açores de Lisboa resulta de uma conjugação de esforços cujos resultados foram bem patentes nas três primeiras edições e confirmados na quarta edição, trazendo aos Açores importantes formações e executantes de reconhecido mérito. Além disso, o estabelecimento do programa final com a Casa dos Açores de Lisboa impende, sempre, em conversações e delineamentos ajustáveis aos constrangimentos logísticos e às disponibilidades financeiras da DRAC.

Foi celebrado um contrato de cooperação técnico-financeira com a Casa dos Açores de Lisboa, ao abrigo do nº. 1 do artigo 4º. do DLR nº. 22/97/A, de 4 de Novembro e do nº. 2 do artigo 6º. do DRR nº. 6/98/A, de 4 de Abril.

2./3. Não houve, pois, consulta prévia a outras entidades sediadas na Região pelas razões apontadas em 1. Além disso, a localização da Casa dos Açores - em Lisboa - permite contactos de proximidade e reúne um directo conhecimento da realidade açoriana, até porque da direcção artística está incumbida uma profunda conhecedora do meio musical da Região e território continental.

A sua qualidade de candidata do Partido Socialista às eleições legislativas nacionais no mês de Março de 2002 não pode constituir um óbice dubidativo -não só porque

um acontecimento deste cariz é preparado com muita antecedência (para dar uma ideia, no final de 2002, já se encontravam gizados objectivos e estratégias para 2003) mas também porque não se descortina nenhum impeditivo legal que postergue o direito de cidadania e o exercício da actividade profissional. O que pode ser atestado é o empenhamento devotado e os proficientes skills da directora artística do Festival. Por outro lado, a Direcção Regional da Cultura, através da Direcção de Serviços de Acção Cultural, supervisiona e acompanha localmente toda a programação, numa cooperação de esforços que tem vindo a revelar-se eficiente e profícua. Prova incontestável dessa sintonia cooperativa é o sucesso dos concertos e recitais nos planos qualitativo e de afluência de público.

4. Os custos globais de um Festival deste jaez sinalizam, que é possível promover na Região Autónoma dos Açores um grande acontecimento cultural e a sua relação com os vectores qualitativos e com os índices quantitativos apontam (quando comparados com organizações congéneres que não envolvem valores redobrados de viagens aéreas e de concomitantes alojamentos) para uma - equilibrada e parcimoniosa gestão de meios financeiros e de recursos humanos. A sua implantação no meio musicológico português (através da difusão via rádio em emissoras nacionais) e os vectores promocionais resultantes da gravação videográfica - (v.g. o concerto de percussão de 22/07/2002, no Museu da Indústria Baleeira em S. Roque) redundam num prefigurado investimento turístico-cultural que não pôde ser escamoteado nem redutível a uma inexpressiva figuração numérica.

Abaixo se indicam discriminadamente a lista das despesas:

- Honorários da directora artística: trabalho desde Novembro de 2001 até Outubro de 2002 -10.000€;
 - Cachet dos músicos solistas: 37.500€;
- Cachet do musicólogo: 300€
 - Cachet dos assistentes de produção(4): 3.000€
 - Viagens, alojamentos dos músicos (210 pax): 77.382,68€
- Viagens e alojamento da equipa do festival:

. Directora artística e de produção, respeitantes a 5 viagens Lisboa/Ponta Delgada de preparação entre Fevereiro e Julho de 2002 e 9 viagens inter-ilhas durante o festival (alimentação incluída no ponto anterior): 3.815,08€

. Assistentes de produção (4), respeitantes a viagens inter-ilhas durante o festival (alimentação incluída no ponto anterior): 735,65€

- Deslocação e seguro dos instrumentos: 13.773,59€

- Transporte em terra de instrumentos e pessoas: 1359,72€

- Material de divulgação, programas, spot TV e página na Internet: 16.110,31€

- Deslocação e honorários dos afinadores de piano (2): 5.668,43€

- Decoração e preparação das salas - flores, montagem de estrados, serviços técnicos e equipamento de luz e som: 5.583,55€

- Outras despesas indispensáveis à realização do festival - telefones, fax, email, fotocópias, embalagens, documentações, acessórios: 3.976,51€

5. Receitas

Nas seis Ilhas onde decorreu o festival, o número de espectadores foi cerca de 4000.

Os concertos pagos arrecadaram a seguinte receita: 1.040,00€

Nos concertos com espectadores pagantes as receitas distribuíram-se da seguinte receita:

Auditório Luís de Camões - Concerto de Jazz de Bernardo Sasseti

350 espectadores - 285 convidados (patrocinadores e DRC) = 65 espectadores pagantes x 5€ = 315€

- Teatro Ribeiragrandense - Concerto de Percussão e Piano de Jean-François Lézé e Artur Pizarro

260 espectadores - 197 convidados (patrocinadores e DRC) = 40 espectadores pagantes x 5€ = 200€

- Palácio dos Capitães Gerais - Recital de Piano de Jorge Moyano -100 espectadores - 85 convidados (patrocinadores e DRC) = 15 espectadores pagantes x 5€ = 75€

- Teatro Angrense - Concerto de jazz de Bernardo Sasseti

310 espectadores - 285 convidados (patrocinadores e DRC) = 25 espectadores pagantes x 5€ = 125€

Com a mais elevada consideração,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (Raúl Rego): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº 285/VII, apresentado pelo Sr. Deputado João Cunha, do PSD:

“Excelência,

Em resposta ao requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. A Graciosa, não é mais prejudicada do que as outras ilhas com o desvio de aviões para outras rotas. Perante cada caso concreto, o coordenador de serviço da SATA toma as medidas que considera mais correctas e que causem menores inconvenientes ao conjunto da operação.

2. No dia 20 de Dezembro de 2002, o avião CS-TGL que efectuou, o voo PDL/SJZ/PDL avariou em São Jorge, de onde só viria a sair no dia seguinte.

Por esse motivo não foi efectuado, o voo SP6031/6021 TER/GRW/TER, que seria efectuado pelo mesmo equipamento. De acordo com o que se encontrava Planeado para aquele dia, o avião CS-TGL, depois de efectuar PDL/SJZ/PDL, faria PDL/TER e TER/GRW/TER.

Entretanto, o avião CS-TGX também teve uma avaria na Terceira que o obrigou a viajar sem passageiros da Terceira para Ponta Delgada.

Devido aos problemas referidos e aos limites do período de trabalho dos tripulantes foi necessário convocar uma nova tripulação.

Entretanto com os atrasos decorrentes das situações referidas, não foi possível efectuar o voo TER/SJZ/TER que levaria os técnicos para reparar o avião, nem o voo TER/GRW/TER, uma vez que tais aeroportos apenas podem ser operados entre o nascer e o pôr-do-sol.

Por conseguinte, não, se efectuou qualquer voo TER/SJZ, com o avião que inicialmente deveria operar TER/GRW/TER.

3 e 4. As respostas a estas questões já estão incluídas no esclarecimento anterior.

5. O voo de substituição TER/GRW/TER foi programado em função da disponibilidade de equipamentos e de tripulações e da forma mais conveniente para a operação e considerando o conjunto das ilhas servidas.

Com a mais elevada consideração,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (António Loura): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Projecto de Decreto Legislativo Regional – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 28/2000/A, de 10 de Agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 12/2001/A, de 4 de Agosto, que estabelece o regime de licenciamento de exploração e registo de máquinas de diversão.

Este diploma baixa à Comissão de Economia.

Secretário (Raúl Rego): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Projecto de Decreto Legislativo Regional – Regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais.

Baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Presidente: A correspondência acabada de ler fica à disposição dos Srs. Deputados.

Passamos agora ao período destinado às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A ilha do Pico carrega potencialidades de desenvolvimento económico, mormente no sector turístico, que até hoje continuam manifestamente inexploradas. A sub-exploração dessa riqueza imensa que a ilha encerra está directamente relacionada com a ausência de investimento na oferta turística, a começar pelo reduzido número de camas disponíveis, sendo certo, porém, que a não realização de novos investimentos nessa área – apesar de muito falados, desde há anos – tem vindo, sistematicamente, a ser justificada com o problema das acessibilidades, encimado pela necessidade de se construir um verdadeiro aeroporto. Temos, pois, vivido num

círculo completamente viciado, ao ponto de muitos de nós, até há pouco tempo, prognosticarem que o Pico haveria de continuar a ser, eternamente, a ilha do futuro.

Se, na realidade económica em que hoje vivemos, o investimento produtivo e reprodutivo tem que caber aos particulares, não é menos verdade que, num Mundo cada vez mais global e concorrencial, o papel dos poderes públicos assume uma especial importância, que se manifesta com particular acuidade em realidades pequenas e insulares como a nossa. Cabe ao Estado, no nosso caso à Região, um papel não só regulador mas também dinamizador das actividades económicas, seja por via dos investimentos estruturantes, seja participando, por exemplo através de mecanismos de risco, no próprio capital.

Os picarotos sempre denotaram e continuam a demonstrar uma singular capacidade de empreendimento, para a qual nunca foi obstáculo – pelo menos um obstáculo decisivo – o pequeníssimo mercado em que se posicionam e o abandono a que a ilha e as suas gentes foram votadas durante dezenas e dezenas de anos. Ainda hoje, muito daquilo que é universalmente considerado de básico, continua por fazer naquela ilha, fruto da incúria e da incompetência daqueles a quem, localmente, os seus destinos têm estado entregues.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

Ao longo dos últimos seis anos, os governos regionais socialistas têm vindo – no que deles depende – a concretizar uma autêntica revolução na ilha do Pico, desde as estradas, passando pela agro-pecuária e pelo ambiente e chegando às obras de consolidação dos portos e, obviamente, às obras de ampliação do Aeroporto do Pico. A decisão de ampliar o Aeroporto do Pico, não deixando de ter muito de política – como exclusivamente políticas foram as dos governos PPD/PSD, que nunca quiseram fazer nada – encontra sólidas justificações técnicas e económicas, conforme, há poucos dias, o demonstrou o Secretário Regional da Economia, e como facilmente poderá constatar quem conheça minimamente a ilha e a capacidade empreendedora das suas gentes.

Será que os grandes e importantes empreendimentos turísticos em desenvolvimento para o Pico, com um especial enfoque no concelho das Lajes, teriam condições para

avançar sem as obras de ampliação do aeroporto, actualmente em curso? Obviamente que não.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em meados de 1976 o General Altino de Magalhães – Presidente da Junta Regional e Comandante-Chefe das Forças Armadas nos Açores – ordenou à delegação regional do Serviço de Fortificações e Obras Militares do Exército a execução de uma pista de terra na ilha do Pico, destinada à operação dos aviocares. As obras seriam iniciadas logo no começo de 1977 e basearam-se nas conclusões dos estudos preliminares para a localização dos aeródromos do grupo central, elaborados pela Direcção-Geral de Aeronáutica Civil em finais da década de 60 do século passado.

Em 1978 o então Secretário Regional do Equipamento Social, entendeu que as obras encetadas pelos militares deveriam ter continuidade, construindo-se um aeródromo civil integrado na rede regional de transportes. Assim, por deliberações do Conselho do Governo Regional de 20 de Agosto de 1979 e de 27 de Fevereiro e 3 de Setembro de 1980 foram adjudicados à Tecnovia os trabalhos complementares de terraplanagem, de pavimentação e de construção da aerogare do Aeródromo do Pico, tendo este sido inaugurado em 25 de Abril de 1982, com uma pista de 1.200 metros de comprimento por 30 metros de largura.

Desde então, os picarotos têm vindo a reivindicar um aeroporto que permitisse a operação de aviões de médio porte, ambição natural, racional e justa, mas que sempre lhes foi recusada pelos governos regionais do PPD/PSD.

Foi assim com as obras concluídas em Dezembro de 1992, em que se aumentou o comprimento da pista para os actuais 1520 metros, o que apenas permite a movimentação de aeronaves de pequeno porte, limitando o aeroporto, por isso, aos voos inter-ilhas.

Voltou a sê-lo em 1996, quando o VI Governo Regional presidido por Madrugada da Costa encomendou um estudo que, assentando em premissas falsas, concluía pela inviabilidade técnica e económica de qualquer ampliação da pista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

Mudou-se o Governo, mudaram-se as vontades, ou melhor, acabaram-se as más vontades.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: O Secretário Regional da Economia, Duarte Ponte, ordenou a elaboração de um estudo quanto às características da actual pista, tendo em vista a sua eventual ampliação para a operação de aviões de médio porte e, para surpresa de alguns, nem tanto de outros, concluiu-se que a resistência do pavimento actual é suficiente para suportar esse tipo de aeronaves, contrariando o que mentirosamente foi sustentado durante anos.

Assim, em 25 de Setembro de 2000, o Conselho do Governo Regional aprovou uma Resolução que então autorizava o Secretário Regional da Economia a lançar o concurso público com vista à adjudicação da empreitada de ampliação da pista do Aeroporto do Pico, pelo preço estimado de 923.000 contos. Abertas as propostas apresentadas pelos concorrentes, verificou-se que a mais baixa ultrapassa o preço base do concurso em 57%, o que, em face do disposto no Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas e no Acórdão n.º 18/01 do Tribunal de Contas, obrigou o Governo Regional, em Julho de 2001, a não adjudicar a empreitada e a lançar um novo concurso público com o mesmo objecto, pelo preço estimado de 1,3 milhões de contos, aproximadamente 6,5 milhões de euros.

Em 13 de Maio de 2002, o Governo Regional adjudicou à empresa Tecnovia Açores a empreitada de ampliação da pista do Aeroporto do Pico, pelo preço de 7,2 milhões euros e um prazo de execução de 10 meses, e no início de Julho de 2002, durante a visita do Governo Regional à ilha do Pico, procedeu-se à assinatura do respectivo auto de consignação.

No passado dia 31 de Janeiro, o Conselho do Governo Regional aprovou uma Resolução que autoriza a abertura de um concurso público destinado à adjudicação da concepção e execução do projecto da nova Aerogare e demais infra-estruturas essenciais ao Aeroporto.

Com a ampliação da pista do Aeroporto do Pico para 1760 metros de comprimento e 45 metros de largura e da plataforma de estacionamento de aeronaves, e com a construção da nova aerogare, dos serviços de combate a incêndios e da nova torre de controlo, ficará o Pico dotado de uma moderna e adequada estrutura aeroportuária que possibilitará a operação de aeronaves de médio porte – do tipo Boeing 737-300 e

Airbus A319 e A320 , para além da consequente melhoria na operacionalidade nos voos inter-ilhas. No futuro a área aeroportuária, actualmente de 34 hectares, passará a ocupar uma extensão de cerca de 51 hectares.

As obras em execução e a executar no Aeroporto do Pico assumem-se como um vector importante no desenvolvimento socio-económico da ilha. Este empreendimento – que é encarado pelos picarotos como muito mais que um simples aeroporto – será indutor de impactes económicos muito significativos, desde logo pelos acréscimos de visitantes, respondendo positivamente à tendência verificada ao longo dos últimos anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vem esta intervenção a propósito das recentes declarações do Professor Doutor Mário Fortuna – destacado social-democrata e responsável pelo Gabinete de Estudos do PSD-Açores – em entrevista a uma rádio no passado dia 28 de Fevereiro, e retomadas pela imprensa nos dias que se lhe seguiram, considerando que *“não faz sentido a ampliação do Aeroporto do Pico”*, pois *“não é essencial ao Pico ter a sua própria pista”*, dado que *“no fundo o que o Pico pretende é ser uma alternativa ao Faial”*, fim de citação, e recordou ainda os tempos em que foi Secretário Regional da Economia de um governo social-democrata, destacando, orgulhosamente, a acção que então desenvolveu para que estas obras não se fizessem.

Mário Fortuna exteriorizou, uma vez mais, a perspectiva de desenvolvimento das nossas ilhas que sempre norteou a acção do PPD/PSD enquanto Governo e que, lamentavelmente, permanece viva e vai tendo expressão nas palavras daqueles que são os definidores da estratégia política do PSD-Açores,...

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... mas mais preocupante que as palavras descabidas e infelizes – apesar de reflectidas – de Mário Fortuna, é o facto dele, enquanto responsável pelo Gabinete de Estudos do PSD-Açores, continuar a ser o principal mentor da estratégia e da política económica social-democrata para a nossa Região.

Mas se a posição do PSD-Açores acerca da ampliação do Aeroporto do Pico, manifestamente contrária aos interesses da ilha e da Região, é conhecida dos picarotos, desde há muitos anos, não podemos deixar de lamentar a forma

incomodada e tardia como alguns responsáveis políticos do PSD e a própria Associação de Municípios da Ilha do Pico, reagiram não às declarações de Mário Fortuna, mas ao Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Destaque-se, pela diferença, a reacção do presidente da Junta de Freguesia das Bandeiras, Salvador Garcia, que, em declarações a um jornal semanário foi peremptório em afirmar que e passo a citar: *“as declarações vindas agora a lume por um antigo governante regional do PSD demonstram que sempre houve má vontade política dos governos de Mota Amaral em realizar as obras”*, fim de citação, e diz mais ainda, concluindo que, volto a citar: *“com este tipo de posições não pode haver complacência”*. Fim de citação.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Ao Partido Socialista não sobram quaisquer dúvidas quanto à importância e prioridade das obras de ampliação do Aeroporto do Pico e a nossa acção é elucidativa disso mesmo. Mais ainda, apoiamos convictamente as políticas de desenvolvimento aeroportuário e de desenvolvimento turístico em curso na nossa Região e continuaremos a pugnar pelo seu normal prosseguimento.

Afirmamo-lo desta tribuna, para que a indignação dos picarotos se faça ouvir o mais possível e ecoe na consciência de todos aqueles que, tal como Mário Fortuna, continuam a sustentar um pensamento caduco e uma visão demasiado estreita da nossa realidade, mesmo que não tenham a coragem de o afirmar.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, está presente no nosso plenário uma turma do 2.º. Ano de Animadores Sócio-Cultural da Área de Assistente de Geriatria, da Escola Profissional da Horta.

Em nome da Assembleia quero dizer-vos que é com muito prazer que os temos aqui e também vos saúdo por isso.

(Aplausos da Câmara)

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto que nos trouxe aqui o Deputado Hernâni Jorge foi, nas últimas semanas, de alguma forma falado na comunicação social regional e local, porque entendeu o Partido Socialista fazer disto um “cavalo de batalha” e extrapolar declarações de algumas pessoas e tentar colar essas declarações a posições do PSD.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge, o Partido Socialista no Pico, a opinião pública e o Governo Regional sabem qual é a posição do Partido Social Democrata relativamente a esta matéria e não podem utilizar informações de qualquer pessoa que possa falar e tentar colá-las à posição do Partido Social Democrata, quando é por demais evidente que não é esta a posição oficial do Partido Social Democrata. O senhor sabe disso, o senhor sabe quais as propostas eleitorais do Partido Social Democrata.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores organizem-se.

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, o senhor quer que eu lhe cite algumas coisas que esse assessor disse acerca do Presidente do Governo para saber se também podemos extrapolar sobre isso?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já não era assessor.

O Orador: Mas foi assessor e se ele fala em excesso de whisky não sei por que é que será, mas não vamos extrapolar por aí para não cairmos na mesma tentação ridícula que os senhores caíram.

Se for para fazer citações de pessoas e tentar colá-las a uma determinada orientação política, temos muito para desbravar. Os senhores certamente terão também algumas coisas para dizer, mas nós também temos imensas para dizer relativamente ao vosso posicionamento, ao de alguns dos vossos responsáveis e ao de alguns dos vossos militantes e, portanto, não vamos, por favor, entrar por aí.

Eu também gostaria de aqui deixar bem claro que acho muito triste, quando se sabe que há uma pessoa que é nosso colega aqui nesta Casa e que está a atravessar um período difícilimo de doença grave, os senhores utilizarem o vosso comunicado para atacarem essa pessoa que não se pode defender. Essas atitudes ficam com o senhores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É o nível que têm.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Gostaria ainda de dizer, relativamente a este assunto, que toda a gente sabe qual é a posição do PSD. Toda a gente sabe qual é a posição das autarquias do Pico...

Deputado Francisco Sousa (PS): Não sabem.

Qual é a posição do PSD?

O Orador: A posição do PSD é a favor do prolongamento do aeroporto.

Deputado Francisco Sousa (PS): Explique isso ao Sr. Mário Fortuna.

O Orador: E o senhor explique ao Sr. António João Correia se havia ou não excesso de whisky em Santana.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que se ganhe alguma tranquilidade, para podermos prosseguir o debate.

Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a posição do Partido Social Democrata em relação a esta matéria é por demais conhecida e por demais evidente. Se isto fosse uma situação tão importante e se fosse verdade, de facto, que o PSD era contra o aeroporto do Pico...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sempre foi.

O Orador: ... qual seria a justificação para o PSD, por exemplo, neste momento e nos últimos dois actos eleitorais ter tido as vitórias que teve?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Perdeu em 2000.

O Orador: Se o PSD fosse contra o aumento do aeroporto do Pico, o senhor acha que o PSD tinha tido a maior vitória da história nas autarquias nas últimas eleições?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Perdeu as regionais.

O Orador: Nas regionais de 2000 o PSD perdeu e nas de 96 quem é que ganhou e quem é que perdeu? Se fosse verdade aquilo que o senhor estava dizer, os picoenses teriam penalizado o PSD. É verdade que perdeu em 2000, mas não perdeu não foi por causa do aeroporto, porque as pessoas já sabiam que o PSD era a favor e estava nos seus manifestos eleitorais.

O senhor sabe que a Associação de Municípios da Ilha do Pico é que desenvolveu um encontro, chamou o Sr. Secretário à ilha do Pico tendo ele apresentado três soluções: uma era manter tal e qual como estava, outra, que era a maximalista, a que foi defendida, era passar para 2.300 metros, ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que com concluisse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

... e o Governo optou pela solução intermédia de 1.800 metros.

Portanto, o que nós queremos é que se faça a obra.

Sr. Deputado, é ridículo também dizer que em 20 anos não se fez nada. Ó Sr. Deputado, o senhor sabe o que é que era a ilha do Pico, o que é que eram as ilhas dos Açores nessa altura?

Nós não temos que estar aqui a defender coisas que são por demais evidentes. Essas acusações é que descredibilizam o senhor.

O senhor sabe que a pista inicialmente tinha 1.200 metros, que passou para 1.500, crescendo 300 metros. Já podia ter crescido mais, mas cresceu 300 que é tanto como o que os senhores vão crescê-la agora. Por que é que não cresceram para 2.300 metros? Também podíamos pôr esta questão. Quem terá sido do PS que não quis que se crescesse para 2.300? Não sei, mas penso que teria sido a altura para o fazer.

Portanto, não vale a pena andarmos à volta disto de novo. O PSD já disse e redisse, pela voz dos seus responsáveis locais e regionais, que é a favor do aumento do aeroporto do Pico.

Deputado Francisco Sousa (PS): Regionais não!

O Orador: Regionais sim. Ainda há pouco tempo o Sr. Presidente do Partido Social Democrata disse, o que toda a gente já sabia, que o PSD era a favor do aumento do aeroporto do Pico.

Os senhores descredibilizam-se com essas acusações e com essas interpelações.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado para esclarecimentos.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas relativamente, pelo menos, a uma matéria que foi esclarecedora, é que afinal qualquer pessoa pode ser o chefe de gabinete de estudos do PSD. É esta a situação que chegamos relativamente ao gabinete de estudos do PSD, mas efectivamente não é qualquer pessoa, ele é um destacado militante do PSD, é um ex-secretário da economia que, enquanto secretário da economia, inviabilizou o crescimento desse mesmo aeroporto.

O PSD, na componente económica foi conivente com um relatório, e eu admito e deixo de fora a questão técnica, porque eu próprio não a sei avaliar, que dizia que era economicamente inviável o aumento da pista. Nessa altura nada disse.

Mais tarde o PSD reivindicou, de facto, o aumento da pista, porque o PS era Governo e tinha a expectativa de que o PS não o fizesse. Azares dos azares, o PS fê-lo mesmo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Gostava ainda de sublinhar que foram raciocínios destes, simplistas, e até mesmo, se calhar, alguns simplórios que levaram a Região Autónoma dos Açores ao estado de pré-falência que se encontrava em 96 e que colocaram o Pico na situação de abandono e de degradação que estava em 96, com todo o sistema económico falido, sem acessibilidades, numa situação absolutamente miserável.

Agora, para qualquer pessoa e para o gabinete de estudo do PSD, o máximo em racionalização económica, em desenvolvimento e particularmente em desenvolvimento harmónico e sustentado das nossas ilhas, talvez seja qualquer coisa do tipo da Zona Franca de Santa Maria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já vimos que o que o Partido Socialista pretende é, aproveitando as declarações de uma pessoa,

Deputado Manuel Campos (PS): Diga o nome dela.

O Orador: ... dizer aquilo que entende para extrapolar e colar essa mensagem ao PSD, quando toda a gente sabe que não é esse o posicionamento do PSD. Toda a gente sabe que o PSD é a favor do prolongamento do aeroporto do Pico, mas com uma pequena diferença: quando o PSD acha que o Partido Socialista ou que o Governo está fazendo bem, nós dizêmo-lo.

Aliás, há um fenómeno estranho nos Açores que é o seguinte: a oposição consegue dizer melhor do partido do Governo, quando ele faz alguma coisa de bem, do que o Governo diz da oposição. Para o Governo e para o partido que o suporta, tudo o que vem da oposição está mal. É este o vosso estilo e foi este mesmo estilo que os senhores usaram durante 20 anos. Foi por isso que ficaram na oposição durante 20 anos e é também por isso, por termos aprendido e por não quisermos ficar na oposição tanto tempo, que sabemos dizer quando está bem e sabemos dizer quando está mal.

Os senhores não conseguem mudar esse estereótipo, mesmo passando da oposição para o Governo. Continuam com o mesmo estereótipo de guerrilha à oposição, a tudo e a todos.

Aqui e agora com a vossa maioria absoluta musculada fazem o mesmo, não só em relação à oposição, como em relação às Câmaras, em relação ao Governo da República, em relação aos sindicatos, às associações, estando contra tudo e contra todos. Pelos vistos pensam que são os únicos com o passo certo e querem acusar os outros daquilo que não são as atitudes deles e neste caso querem usar uma pessoa, que é o Professor Mário Fortuna.

Os senhores não disseram nada relativamente ao que o Professor Mário Fortuna disse, por exemplo, e que é importante para os açorianos, relativamente à insegurança do espaço aéreo.

Os senhores acham que o Professor Mário Fortuna ou qualquer outra pessoa põe em causa a inactividade do Governo relativamente à insegurança do espaço aéreo e que não há nada a dizer sobre isso.

Os senhores só aproveitam uma pequena parte daquilo que o Professor Mário Fortuna disse, enquanto Professor Mário Fortuna e não enquanto responsável do gabinete de estudos do PSD.

Não há um papel do PSD acerca do aeroporto do Pico que não seja a favor da sua ampliação. A verdade é esta.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Desde que o PS é Governo.

O Orador: E mais:

Os senhores querem usar esta questão da bandeira, quando nós estamos a favor e até queríamos mais e mais depressa.

Queríamos, por exemplo, que os senhores não tivessem lançado o concurso para anular a seguir.

Queríamos, por exemplo, que os senhores se tivessem lembrado de fazer o estudo de impacto ambiental antes de fazer o segundo concurso.

Queríamos, por exemplo, que se tivessem lembrado de fazer a placa para os aviões estacionarem depois de aterrarem, para não acontecer o que aconteceu agora em relação ao Pico.

Queríamos, por exemplo, que se tivessem lembrado atempadamente de lançar os outros investimentos que são necessários para que a pista possa estar operacional.

Queríamos isto tudo.

Queríamos também aproveitar esta oportunidade para dizer que se podia ter feito mais. Os senhores podem dizer-nos que não havia possibilidade de fazer mais, nós compreendemos.

O PSD também quando estiver no governo, futuramente, vai poder fazer algumas coisas e outras não as vai poder fazer. Quando tivémos no passado no governo, também podémos fazer algumas, outras não.

Estas coisas ficam com cada qual e neste momento o que fica provado é que os senhores estão ampliando o aeroporto do Pico para 1.800. Não ampliaram para 2.300, mas também não deixaram como estava. Isso fica convosco e fica com o PSD a defesa desse aumento, fica com o PSD a solidariedade com os picoenses e com quem está a fazer este aumento e fica com o PSD a reivindicação de mais...

Deputado Francisco Sousa (PS): Mais, melhor e sempre mais.

O Orador: Não, Sr. Deputado. Aí é que faz a diferença. Nós queremos mais, melhor e sempre mais, mas percebemos quando está a ser feito alguma coisa e somos capazes de o reconhecer e os senhores não são capazes de reconhecer nada, nem do que foi feito, nem do que a oposição neste momento está a apontar. O problema reside aí.

Para terminar, quero dizer que não vale a pena continuarmos a falar nisso. As pessoas já perceberam qual é a razão do Partido Socialista cavalgar esta situação, extrapolar e querer pôr, ridiculamente, questões na boca do PSD, que toda a gente sabe que não são verdade.

Os senhores estão fazendo isto, porque querem agitar a bandeira do aeroporto do Pico para fazer esquecer umas quantas outras bandeiras que jazem no chão do esquecimento das vossas governações.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para esclarecimentos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Respondendo directamente à sua primeira pergunta, porque depois o Sr. Deputado derivou no meio de muita demagogia, o que é que o PS pretende com tudo isto?

O PS do Pico pretende com tudo isto aquilo que foi dito no nosso comunicado, que é protestar contra este tipo de pensamento, que continua a fazer parte e a ser expresso em palavras, de alguns dirigentes sociais democratas. Foi isso que o PS do Pico pretendeu. É isso que o PS pretende, protestar contra este tipo de posição e não foi a

pequena parte que nós deitámos a mão, essa pequena parte fez notícia, fez destaque num jornal de referência desta Região, essa pequena parte foi objecto de nota editorial desse mesmo jornal. Portanto, essa foi a grande parte e foi protestando contra isso que o Partido Socialista se insurgiu.

Foi também por achar que todos os picarotos deviam protestar contra isso e contra este tipo de pensamento que o PS desafiou o PSD do Pico e a Associação de Municípios a tomarem posição e a Associação de Municípios do Pico, passados dez dias, não reagiu a este tipo de declarações, não reagiu a este tipo de ataques que têm sido feitos durante anos e que voltaram a ser feitos à ilha do Pico, mas reagiu contra o Partido Socialista. Foi isto que nós quisemos dizer, foi para isso que eu também daquela tribuna chamei a atenção.

Por que é que o PSD do Pico, Sr. Deputado, não seguiu o exemplo, que nós aplaudimos e que eu realcei, do Presidente da Junta de Freguesia das Bandeiras, em que afirmou claramente: “não pode nem deve haver complacência com esse tipo de atitudes e afirmações”?

Era isto que tinha que ser dito, era isto que tinha que ser realçado por todos os picarotos para que não ficassem dúvidas quanto àquilo que nós pretendemos para a nossa ilha.

O Sr. Deputado disse aqui que queriam que o PS tivesse feito mais, que o PS já tivesse avançado com não sei o quê....

O senhor sabe o que é que os picarotos queriam? Era que em 92, quando se ampliou a pista e Mário Fortuna era Secretário da Economia, em vez de 1520 metros, tivessem sido os 1760 que são agora.

Deputados Vasco Cordeiro e Manuel Campos (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A legislatura de 92 foi julgado em 96 e os senhores no Pico perderam. A resposta está aí, em primeiro lugar.

Em segundo lugar e ainda relativamente à Associação de Municípios e ao PSD da ilha do Pico, devo dizer-lhe que, tanto a Associação de Municípios como o PSD, não só demarcando-se daquilo que era o entendimento do Professor Mário Fortuna ou de qualquer outra pessoa que ponha a ampliação do aeroporto do Pico em causa, soubemos responder.

A Associação de Municípios da ilha do Pico reagiu e respondeu aos seus ataques, aos ataques do secretariado da Ilha do Pico do PS, secretariado esse que tem trazido alguma agitação e tem tentado inquinar a vida política da ilha do Pico com algumas acusações e com algumas manipulações.

A Associação de Municípios da Ilha do Pico reagiu foi a esses ataques, mas não precisava de fazê-lo, porque toda a gente sabe que a Associação de Municípios da ilha do Pico, o PSD picoense e o PSD regional são a favor da ampliação do aeroporto da Ilha do Pico.

A Associação de Municípios até teve acções concretas como aquela que já lhe disse, promovendo um debate na ilha do Pico e não tinha que se pronunciar mais sobre uma obra que já tinha tomado posição e que estava em curso. Para que é que ia estar sempre a falar nisso?

A Associação de Municípios quando foi atacada injustamente pelo secretariado do PS, o que tinha que fazer era reagir e foi o que fez.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não foi atacada, foi desafiada.

O Orador: Sr. Deputado, existe aqui uma pequena diferença e é a seguinte: enquanto o PSD se demarca de posições com que não concorda e defende a ilha do Pico, o senhor e o Sr. Deputado Lizuarte Machado, nesta Casa, foram capazes de votar contra uma proposta concreta de estender as SCUTS à Ilha do Pico, nomeadamente para a estrada transversal. Isso os picoenses também vão julgar.

(Aplausos da bancada do PSD)

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): SCUTS para a ilha do Pico! Uma pessoa formada a dizer uma coisa dessas não deve estar bom!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados, ao que isto chegou!

De facto, SCTUS para a Transversal, se calhar para a estrada do Caldeirão no Corvo e se calhar para outras coisas, mas não vale a pena entrar por aí.

A verdade é esta: o PSD do Pico branqueou um relatório que inviabilizava o crescimento do aeroporto e não se manifestou.

O PSD só reivindicou o aeroporto do Pico quando o PS era Governo, na esperança de que o PS não o fizesse, mas o PS fê-lo, porque do PS e do manifesto do PS não constavam promessas, constavam compromissos, compromissos esses que são honrados.

Eu tenho um certo receio de que se este diálogo continuar por este caminho e se prolongar por muito tempo, porque é claro que o PSD quer forçosamente demarcar-se das posições publicamente assumidas pelo seu estratega económico, daquela bancada ainda aparecerá alguém a dizer: “a gente nem conhece esse senhor”.

Isto faz-me lembrar aquela velha história de que “antes do galo cantar três vezes, negarás que me conheces”.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que já debatemos o que tínhamos a debater.

As posições já eram claras de há muito tempo e não apenas de hoje.

O PSD é a favor da ampliação do aeroporto do Pico. Sempre o disse e está dizendo-o e reafirmando novamente.

Qualquer extrapolação de qualquer pessoa que tente dizer ao contrário, isso não é verdade, porque nós estamos a favor da ampliação do aeroporto do Pico e quem diz que isso não devia estar a ser feito, nós contradizemos e demarcamo-nos de qualquer posição desse género.

Gostaríamos que os senhores também se demarcassem de algumas outras posições e foi por isso que eu trouxe aqui a questão das SCUTS. Não foi nenhum gabinete de estudos do PS, nem nenhum chefe de gabinete de estudos do PS que o disse, fomos nós que apresentámos aqui uma proposta concreta e foram os deputados do Partido Socialista da Ilha do Pico que votaram contra essa proposta que visava resolver o problema da Estrada Transversal da Ilha do Pico, principal eixo que liga o Sul ao Norte da Ilha. Essa posição fica convosco.

Nós defendemos a Ilha do Pico acima de tudo e demarcamo-nos de quem, mesmo sendo militante do PSD ou seja de quem for, não concorde com as nossas posições. Nós demarcamo-nos disso claramente.

Gostaríamos de ver os senhores também se demarcarem do vosso partido e das posições do vosso partido quando estivesse em causa, como esteve, a questão da Estrada Transversal e os senhores votaram contra uma proposta concreta...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas era absurda.

O Orador: ... e específica para resolver o problema daquela estrada. Foram os senhores que inviabilizaram essa obra para a Ilha do Pico.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas era absurda. Isso é demagogia.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas derivou esta conversa para a Estrada Transversal, certamente na expectativa de deslocalizar o aeroporto para aquela via. Não terá sido por outra razão qualquer.

Sr. Deputado Duarte Freitas, esclarecido que está a questão das obras de ampliação do aeroporto do Pico e que o PSD é a favor, eu na minha intervenção, para que não fiquem dúvidas, tive o cuidado de enumerar cronologicamente as atitudes do PSD-

Açores em todo este processo que vem desde há muito anos e até de realçar positivamente a atitude do então Secretário do Equipamento Social em 1978.

Assim sendo, faço uma pergunta muito clara a essa bancada:

Desde quando é que o PSD-Açores é a favor da ampliação do aeroporto do Pico?

Deputado João Cunha (PSD): Desde sempre.

Deputado José San-Bento (PS): Desde Outubro de 1996.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para esclarecimentos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para contribuir também para este debate, que não é seguramente e apenas um debate relativo às posições que o PSD e o PS do Pico assumem. Trata-se aqui de uma questão, na nossa perspectiva, de opção estratégica para uma parte importante do nosso arquipélago e o debate parece-me que tem importância por isso.

Em segundo lugar, e à laia de nota de rodapé, eu já ontem referi que o Sr. Deputado Duarte Freitas lançou sobre esta bancada e sobre esta maioria o epíteto de “maioria musculada” de “maioria absoluta”, quando tem um exemplo numa companheira sua de partido que na situação inversa diz para a oposição: “eu compreendo que os senhores não concordem com o Governo, mas ao menos calem-se”, é no mínimo caricato.

Quem disse isto foi a Sra. Ministra de Estado e das Finanças para a bancada do Partido Socialista na Assembleia da República.

Um terceiro aspecto tem a ver com aquilo que o Sr. Deputado Duarte Freitas tentou trazer para aqui, desvalorizando as declarações do Presidente do Gabinete de Estudos do PSD, tentando chamar para este assunto aqueles que foram os escritos dum ex-assessor da Presidência do Governo e a diferença é tão simples quanto esta:

As declarações do ex- assessor do Sr. Presidente do Governo são insultuosas do ponto de vista pessoal e devem ser tratadas a este nível. Não estamos a falar de política, mas de outra coisa que não tem nada a ver com isso.

Da mesma forma que eu também não me socorro, neste debate, e oxalá que tenha sempre a lucidez de nunca o fazer, de algumas apreciações menos abonatórias de destacados militantes do Partido Social Democrata que circulam, quer nos jornais,

quer em fóruns da internet, esperava que o Senhor também não o fizesse. Eu não faço isso.

Parece-me que esta questão ficou claramente esclarecida, mas se o senhor quiser ir por aí, é consigo.

Uma outra questão que me parece importante:

Nós ao falarmos da questão política não estamos a agitar bandeira nenhuma.

Alguém contesta que o Partido Socialista e o seu Grupo Parlamentar não tenham dúvidas, não queiram esclarecer um assunto quando estamos a falar de uma pessoa que, ao que se sabe, tem como cargo, Presidente do Gabinete de Estudos do Partido Social Democrata e, portanto, uma pessoa que tem, sobre esta matéria de definição estratégica, uma responsabilidade acrescida. Não estamos a falar de uma pessoa qualquer, não estamos a falar de um militante ou de um dirigente qualquer.

Os senhores acham que nós não temos o direito de, pelo menos, querer ver esclarecida esta situação? É óbvio que temos, mas eu fico esclarecido, pelo menos em parte, quando o Sr. Deputado Duarte Freitas diz que o PSD se demarca claramente de qualquer pessoal, militante ou não militante e que contradiz qualquer pessoa ou qualquer militante que diga que não quer a pista do aeroporto do Pico ampliada.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Isto criará um problema no PSD, mas em relação a esta matéria eu não me pronuncio.

Agora, do ponto de vista daquilo que pretendíamos esclarecer, está esclarecido, porque, de facto, aquilo que diz o Presidente do Gabinete de Estudos do PSD, não é aquilo que diz o PSD.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP, numa pequeníssima intervenção, porque não podemos gastar o nosso tempo, que está programado de outra maneira, queria intervir neste debate para fazer duas observações.

A primeira é que, sobre o tema em discussão, a nossa posição, enquanto Grupo Parlamentar e a nossa posição como força política, quer localmente, quer regionalmente e sem qualquer lugar para dúvidas, é a favor da ampliação do aeroporto do Pico, partindo do entendimento que a resolução deste tipo de problemas no Pico é fundamental para o desenvolvimento da ilha, para o desenvolvimento dos Açores e no caso concreto do sub-grupo de ilhas, onde o Pico se integra, o que interessa ao Pico interessa às restantes, dentro destas três ilhas que aqui são mais próximas.

A segunda observação diz respeito ao facto desta declaração ter sido feita por um ilustre professor universitário, que já desempenhou funções governativas nos governos do PSD e por exercer funções de natureza partidária.

Naturalmente que o Sr. Professor Mário Fortuna é livre de ter as opiniões que queira ter e ninguém pode contestar isso.

As opiniões do Sr. Professor Mário Fortuna feitas enquanto cidadão não vinculam o PSD, também é verdade.

Mas também é verdade, e gostava de deixar esta observação, que ninguém se pode colocar, e muito menos o PSD, em posição de tirar partido dessas declarações, na parte da Região, onde essas declarações interessam ao PSD e não tirar partido dessas declarações às outras partes da Região...

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: ... e isso aconteceu a nível local, através de várias situações.

Eram estas duas observações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate já vai longo e se calhar a questão em concreto não merecia tanto, porque toda a gente nesta Casa e na rua sabe que o PSD é a favor da ampliação do aeroporto do Pico.

Mas, faço apenas uma pequena intervenção para esclarecer uma questão.

Eu quando falei de afirmações de um ex-assessor do Presidente do Governo, foi só para dizer que não era razoável fazer extrapolações e dei esse exemplo. Não é razoável fazer uma extrapolação desse ex-assessor, como não é razoável fazer uma extrapolação daquilo que pensa e diz uma pessoa, como cidadão, acerca dum assunto. Toda a gente tem direito de pensar aquilo que entender.

É óbvio que o PSD tem a sua opinião que afirma e reafirma.

Julgo que não era necessário o PSD estar a reafirmar aquilo que já toda a gente sabe, mas se os senhores o querem, nós estamos aqui para reafirmá-lo.

Devo dizer que, com a consideração que temos por qualquer pessoa que emita opiniões relativamente ao desenvolvimento da Região, a nossa posição é muito firme e em relação ao aeroporto do Pico, como em relação a outras ilhas, nós o que pretendemos e defendemos é o desenvolvimento harmónico da Região Autónoma dos Açores. É isso que vos preocupa também, é isso que começa a preocupar muita gente e é isso que nós temos vindo a defender, não só na oposição, como quando formos governo vamos tentar defendê-lo, fazê-lo e corrigir algumas situações que estão, neste momento, a contribuir para que exista um desequilíbrio cada vez maior numa Região em que, se já andava a duas velocidades, estão a ser tomadas determinadas decisões que a poderão fazer andar ainda a mais diferentes velocidades no seu seio. É contra isso que nós estamos, porque um dos princípios fundamentais da autonomia dos Açores é poder contribuir, através da nossa capacidade própria, para o desenvolvimento harmónico desta Região.

Portanto, investimentos como o aeroporto do Pico são bem vindos e, por isso também, não é justo e não é razoável que alguns outros investimentos e algumas outras trajectórias que se estão definindo, estão contribuindo para agravar cada vez mais o déficite entre o desenvolvimento de umas ilhas em relação às outras.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tencionava intervir neste debate, mas atendendo a que, para além de ter falado o Sr. Deputado José Decq Mota, caímos nalgum extremismo de posições sobre a

opinião de uma personalidade na Região, entendi que também deveria dizer alguma coisa e dizer, sobretudo, algo que devemos assumir sem preconceitos.

Felizmente a autonomia dos Açores não é uma ditadura. As pessoas são livres de se expressarem, de darem aquela que é a sua opinião e julgo não é saudável sequer para a Assembleia Regional fazer aqui este julgamento numa opinião de alguém que, num contexto, a deu e, portanto, não considero isso como saudável.

Pelo que percebi da entrevista que é referida, e não tenho sequer qualquer defesa a fazer da personalidade em causa, nem qualquer obrigação nesse sentido, tratava-se de uma questão de opções, o que é preciso também dizer, tratava-se de um enquadramento que dizia o que é que era prioritário numa época de recessão e o que não era.

Mal seria que as pessoas não se pudessem exprimir e não pudessem dar essas opiniões e sempre que é uma opinião politicamente incorrecta a Assembleia vir aqui julgar sumariamente a opinião dessas mesmas pessoas.

Portanto, quero dizer que, com o mesmo respeito que tenho pela ampliação da pista do Pico, também tenho o mesmo respeito pela opinião daqueles que consideram que também há outras formas de ver a matéria.

Quero dizer também que essa comparação até foi feita em relação às condições de segurança dos nove aeroportos da Região Autónoma dos Açores e que, por acaso, o CDS/PP já apresentou uma proposta de resolução para a melhoria dos mesmos, incluindo até a segurança do aeroporto do Pico.

É esta discussão livre e aberta sobre o que possa ser eventualmente mais prioritário, sem bairrismos nem qualquer tipo de outras matérias, que pode melhorar o debate e não propriamente estarmos aqui a fazer esse julgamento sumário. Foi neste contexto que essa personalidade deu a sua opinião.

Portanto, com certeza que, como ontem, somos todos a favor da paz, aqui neste caso somos todos a favor da ampliação, não do aeroporto do Pico, mas se formos por outro lado vamos ser todos contra a ampliação de todos os aeroportos. Agora, o que se trata aqui é de uma questão de prioridades na Região e tão só a ver com isso.

Julgo que, com respeito pelas nossas posições próprias, também devemos respeitar a posição daqueles que, livremente e bem, dão o seu contributo àquilo que é o pensamento da nossa própria autonomia.

Presidente: Tem a palavra, para mais esclarecimentos, o Sr. deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sra. e Srs. Membros do Governo:

Serei rápido, mas não podia deixar terminar este debate sem, pelo menos, mais este esclarecimento.

Sr. Deputado Duarte Freitas, não posso estar mais em desacordo consigo quando afirma que a questão em concreto não merecia tanto debate.

Para nós é claro. A questão em concreto merece bastante debate e merece ser substancialmente sublinhada.

Naturalmente que cada pessoa tem direito a ter a sua opinião e o seu pensamento, tem direito a expressar essa opinião e a emitir aquilo que lhe vai na alma, mas o que está aqui em questão, e foi isso que sempre temos afirmado e eu afirmei daquela tribuna, é que nós, Partido Socialista, não podemos estar a favor e estaremos sempre contra pessoas que têm este tipo de visão, uma visão curta e uma perspectiva estreita do que deve ser o desenvolvimento desta Região.

Também ficamos satisfeitos, e não podia deixar de o dizer, que com a vitória do PS em 96 não só mudou esta Região, como mudou também a perspectiva de desenvolvimento harmónico que o PSD-Açores tinha até 96 e que, pelos vistos, deixou de ter e alterou depois de 96.

Esta posição que o PS teve agora, tê-la-á sempre, esteja em causa o aeroporto do Pico, esteja em causa o porto do Corvo, esteja em causa qualquer obra em qualquer ilha desta Região que nós entendamos que é essencial, lutando e protestando sempre contra perspectivas redutoras como essa que o Professor Mário Fortuna expressou e esta não é, nesta altura, como diz o Sr. Deputado Paulo Gusmão, uma posição de conjuntura.

O Sr. Professor Mário Fortuna fez questão de lembrar que em 92 já tinha tomado essa opção, que sempre tinha tido essa ideia e que não é uma questão conjuntural,

não é uma questão de medo, é uma opção política e reflecte um pensamento político e uma opção estratégica quanto ao desenvolvimento desta Região.

Foi contra isto que o PS protestou. É contra isso que o PS sempre protestará.

Uma pergunta final:

Sr. Deputado Paulo Gusmão, quando se levantou pensei que iria, tal como fez o Deputado José Decq Mota, manifestar a posição do Grupo Parlamentar do PP relativamente a esta matéria, mas como não o fez pergunto, qual é a posição do PP? É ou não a favor da execução destas obras neste momento e nesta conjuntura?

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado José San-Bento (PS): É melhor reunir o Comité Central.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de esclarecida esta questão, e penso que até da parte do Partido Socialista, ficou claro aquilo que se percebia desde o início de que a posição do PSD era a favor da ampliação do aeroporto do Pico.

Ficou também claro que foi uma maneira de fazer um aproveitamento político e cavalgar uma bandeira do aeroporto que até tem a concordância do PSD e de toda a gente.

Quando eu dizia que não valia a pena perder tanto tempo com isto, é porque já está em execução e toda a gente concorda, é consensual.

Sabe o que é que valeria a pena? Talvez, o senhor fazer conferências de imprensa e exercitar esse seu espírito zangado e quase permanentemente amargurado, não com aquilo que está em curso que é consensual, mas com muitas coisas que não estão em curso e sobre as quais nós estamos à espera.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É um sinal de esperança para aquilo que falta fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Após tão pertinente questão posta pelo Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer que, retirando duma frase anterior já dita em que tinha manifestado a nossa posição de sermos a favor da ampliação de todos os aeroportos da Região, somos também a favor da ampliação do aeroporto do Pico.

Agora, também entendemos que as pessoas são livres de se manifestarem, de fazerem opções e nada disso tem a ver com estar ou não a favor da ampliação. É tão só isso.

Espero ter respondido à sua questão que, de facto, nos embarçou bastante ao ponto de termos que fazer uma reunião imediata, mas felizmente conseguimos dar essa resposta. Espero que tenha ficado satisfeito.

Presidente: Penso que não há mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria.

Assim sendo, passamos à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis para uma intervenção no período de antes da ordem do dia.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A difícil e incómoda situação dos produtores agrícolas desta região, motivada pelos problemas da quota leiteira, poderá levar-nos a reflectir, de forma mais profunda e acima de tudo mais realista, sobre um conjunto de situações com que o agricultor se pode confrontar a curto prazo.

No entanto, são já notórios uma elevada preocupação e um grande desnorte em relação a tudo o que se tem dito nas inúmeras reuniões promovidas pelos diferentes responsáveis – e com o que tem acontecido nos últimos tempos.

Existem mesmo sinais preocupantes de desmotivação e esmorecimento de alguns agricultores.

Toda esta problemática que tem atingido a lavoura tem vindo a suscitar outras questões e a levantar outros problemas, igualmente difíceis de solucionar, e que não parecem estar a ser pensados, nem a sua resolução devidamente planeada.

As grandes apostas deste Governo deveriam também ter em conta – e talvez acima de tudo – uma efectiva política de incentivo à diversificação agrícola.

Existem produtores agrícolas que se sentem sós, sem o necessário apoio dos diversos serviços governamentais – a quem cabia orientar, sugerir e aconselhar os novos rumos da agricultura açoriana.

Os lavradores açorianos precisam de outra atenção e de outro acompanhamento em questões como esta.

Uma das preocupações que tenho é que alguns produtores de São Jorge, e provavelmente muitos outros, das ilhas menos populosas, sentem-se desamparados e com perspectivas muito limitadas.

Ao Governo caberia uma orientação, mesmo que sugestiva, mas que indicasse um caminho a todos quantos não se sentem preparados para os novos desafios que se colocam à lavoura açoriana.

O Governo deve assumir, também neste caso concreto, o seu papel e colocar em marcha um conjunto de iniciativas de sensibilização, junto dos actuais produtores agrícolas, com os objectivos anteriormente referidos.

Porventura facilitar o grande imbróglio que é a sempre temível burocracia exagerada para apresentação e posterior aprovação de projectos – quaisquer que sejam.

A lavoura precisa de processos muito mais práticos e com menos papéis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É fundamental que a lavoura seja sensibilizada para os novos rumos.

A lavoura precisa, antes de mais, de ser conhecedora das possibilidades económicas e financeiras que lhe são colocadas à disposição.

A resolução destes assuntos que nos últimos meses têm vindo a debate não parece fácil. Todos o reconhecerão, a começar por mim.

Entendemos que é chegada a altura de se tomarem medidas para se divulgarem e incentivarem de forma mais directa, ou seja, no terreno, todos os meios ao alcance dos agricultores de forma a surgirem novos investimentos noutras áreas agrícolas, noutros produtos que nos garantam uma diferente confiança no futuro destas ilhas.

Confesso que tenho dificuldade em perceber que, para alguns responsáveis, a receita anunciada seja a diminuição da produção e sua respectiva melhor qualidade, se depois vamos para o terreno e verificamos que em São Jorge, por exemplo, os

investimentos no abastecimento de água e fornecimento de energia às explorações agrícolas não tem sido concretizado.

Não possuímos, portanto, as condições adequadas para uma melhoria da qualidade do produto, sente-se a falta de uma aposta clara deste Governo nesta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em resumo:

Entendemos que os lavradores devem ser devidamente informados sobre quais as suas possibilidades de mudança ao nível da produção para que possam perspectivar atempadamente a sua orientação de investimentos.

Pensamos também que deverá existir uma maior facilidade nos processos de investimento dos nossos agricultores. Existe demasiada burocracia nestes processos.

Um lavrador que tenha intenção de investir tem sempre a tendência de se aborrecer com o volume de papéis que lhe é exigido e posteriormente com a forma como os documentos lhe são solicitados, quase sempre grão a grão, aparentemente com o intuito de o desmotivar.

E quem responde pelos atrasos que em muitos casos provocam prejuízos quase irreparáveis? Ninguém, incompreensivelmente.

Os produtores agrícolas têm sofrido muito – também pela imprecisão das informações que lhes são facultadas.

Penso que o Governo Regional deverá ter uma atenção especial para esta preocupação que aqui deixo.

Se estão definidas políticas, é preciso implementá-las com a intensidade que se considere necessária e oportuna.

Precisará talvez, até, que as políticas, depois de implementadas mais intensamente, vão de encontro aos lavradores – se o Governo optar por ajudá-los em vez de privilegiar, talvez apenas por omissão, aqueles que estão mais informados, por estarem mais próximos dos centros de decisão.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado Aires Reis é uma intervenção pacífica.

A única questão que eu gostaria de realçar é que esperava, naturalmente, que o Sr. Deputado Aires Reis também desse a sua opinião, porque o senhor é um agente privilegiado da ilha e com conhecimentos mais profundos do que eu sobre essa realidade e que aqui trouxesse qual era a opinião do PSD e a sua, em particular, como deputado regional sobre essa diversificação na ilha de S. Jorge.

Mas, para atalhar essa parte, gostaria de lhe dizer que, como sabe, S. Jorge tem uma produção principal, ou seja, a pecuária assume na sua ilha, digamos que a fatia de leão de toda a produção agrícola. Se isso é verdade nos Açores, em S. Jorge é particularmente mais acentuado, porque é uma ilha de produção de leite.

Portanto, os grandes problemas da ilha de S. Jorge já percebi que estão resolvidos, porque assumindo a agricultura em S. Jorge uma percentagem, no que diz respeito ao produto da ilha, relativamente ao leite deve assumir à volta dos 50 a 60% da ilha, sendo que na agricultura anda à volta dos 80 a 90% e, portanto, se não fala de nenhum problema dos lacticínios, fico muito satisfeito, é porque o Governo Regional, de facto, resolveu todos os problemas que nessa matéria afligiam os agricultores de S. Jorge.

Quero recordar os atrasos nos pagamentos que existiam aos agricultores, que foi resolvido por este Governo. Recordo as minhas assíduas visitas à ilha de S. Jorge para resolver um problema que diz respeito à transformação, ouvindo todas as cooperativas locais, para se resolver o problema das condições higiénico-sanitárias das várias cooperativas da ilha e as soluções já estão a ser implementadas.

Ficamos agora com o mega-problema da diversificação da agricultura na ilha de S. Jorge. De resto não tem outra novidade.

Sr. Deputado, podemos também falar sobre esse tema que me parece interessante.

A diversificação da agricultura na ilha de S. Jorge, é a mesma diversificação dos Açores. Felizmente não temos nessa matéria, relativamente à ilhas de S. Jorge, Terceira e S. Miguel, que têm praticamente a mesma tipologia de produção agrícola, aquilo que é a diversificação efectiva nessas áreas e tem a ver com a carne por um lado, e, por outro, com a floricultura e as frutas numa forma mais ou menos complementares em todas elas.

Salvo alguns exemplos de S. Miguel e da Terceira de agricultores a tempo inteiro nessa área de diversificação, em S. Jorge penso não existir sequer algum agricultor a tempo inteiro noutras áreas que não a da produção de leite.

Gostava, todavia, de lhe dizer que a área da diversificação agrícola está contemplada no POSEIMA como uma área de excelência, ou seja, qualquer investimento na agricultura tem uma comparticipação comunitária, por via do POSEIMA e do PRODESA-Agricultura ao nível dos 50% a fundo perdido.

Qualquer projecto de investimento na área da diversificação tem 75% a fundo perdido, ou seja, há aqui uma motivação especial aos agricultores para essa área da diversificação.

Por outro lado, o Sr. Deputado refere um problema que me parece pertinente, e também concordo consigo, que tem a ver com a burocracia.

Na Região nós não exigimos mais nenhum papel que não seja proveniente de exigências comunitárias. Não temos nenhum prazer em ter mais papéis ou mais burocracia do que aquela que nos é imposta, ao nível da fiscalização que nós temos relativamente a todos os projectos.

Portanto, sempre que é possível dispensar alguma burocracia nós fazemo-lo, esse é o caminho do Governo Regional, mas, infelizmente, não podemos dispensar muitos dos papéis que a Política Agrícola Comum impõe aos agricultores.

Quanto ao abastecimento de água dispenso-me de fazer comentários, porque isso já foi aqui sobejamente falado. Já inaugurámos alguns depósitos na ilha de S. Jorge. Estamos a dar passos significativos nessa matéria e continuaremos a dar esses passos na ilha toda, estando agora em curso um investimento, em cooperação com a Câmara Municipal das Velas. Portanto, estamos a dar passos significativos nessa matéria.

Em resumo, dir-lhe-ei que, sendo uma área de preocupação, não é, e muito menos na actual conjuntura, uma área em que o Secretário Regional da Agricultura e Pescas esteja preocupado relativamente a S. Jorge.

Estou, sim, preocupado ainda com a questão das quotas leiteiras, mas com essa área não me parece que conjunturalmente seja um problema que me preocupe em S. Jorge, em particular, embora reconheça a pertinência naquilo que são os caminhos da diversificação da agricultura, que são aqueles que acabei de enunciar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta intervenção do Sr. Deputado Aires Reis coloca, de facto, aqui à discussão um assunto duma extrema actualidade.

Foi V. Exa. que numa entrevista disse que, e estou a citar de cor: “As pessoas têm que perceber que têm que diversificar as suas explorações”.

Nós sabemos que temos o travão da quota que vai obrigar muita gente a repensar a sua produção de leite.

Nalguns casos é capaz de haver alguma disponibilização de áreas que deixam de ser afectas à exploração de leite e que poderão ser desviadas para outras actividades agrícolas, a pergunta que se faz é efectivamente fazer o quê? Como é que se diversifica?

Falamos de carne e há muito a fazer na área da produção de carne, mas já na área da horto-fruti-floricultura a situação, na minha visão, aparece um bocadinho mais complicada, porque o produzir individualmente até não seja muito difícil, o problema que se põe é produzir dentro das exigências do mercado e depois ter a organização da produção e da comercialização suficientemente estruturada para poder aparecer no mercado com quantidade, regularidade e a um preço competitivo.

Tudo isto, quer no sector da carne, quer no sector da horto-fruticultura obriga a ensaiar, a experimentar, a vulgarizar, estudar mercados, todo um conjunto de acções que eu neste momento perguntaria ao Sr. Secretário, para ficar esclarecido, se a Secretaria tem em curso esses estudos? Quais são os objectivos concretos da

Secretaria, em termos de diversificação, e não falemos apenas da carne e da hortofruticultura?

Nós estamos a ver as grandes superfícies a ocuparem as nossas vilas todas, estamos a ver que as frutas e os legumes que aparecem à venda vêm, na sua maioria, normalizados, bem embalados, a preços competitivos, vêm de Espanha e dos mais diversos sítios e eu pergunto: será que o nosso agricultor tem alguma possibilidade de competir nessas áreas do mercado?

Por outro lado, quando nos voltamos para a exportação os problemas ainda são maiores e dificultam ainda mais.

Eu julgo, Sr. Secretário, que está na altura de vermos sinais por parte da Secretaria, porque, como disse o Deputado Aires Reis, sente-se nos agricultores desta Região uma certa desorientação, uma certa interrogação permanente, fazer o quê e como? E, de facto, a informação não lhe chega.

Era isto que gostava de ouvir de V. Exa..

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nessa área gostaria de dizer o seguinte:

Relativamente a hortícolas e legumes penso que essa não é a nossa vocação necessária, por razões climatéricas que me parecem bastante danosas nos Açores, embora existam produções nessa área, mas que em termos de exportação não é, de certeza absoluta, uma área onde vamos apostar.

Para consumo interno, existem algumas produções particulares de fruta ou mesmo de hortícolas, mas essa não é necessariamente, pelo menos na visão do Governo, uma área de investimento e de aconselhamento para grandes negócios ou para exportação.

Há contudo, a área da floricultura que me parece uma área interessante, quer na perspectiva da produção regional, quer na perspectiva da exportação. Neste particular, quero dizer ao Sr. Deputado Sequeira de Medeiros que há uma política

definida, onde já existem associações que se dedicam a essa área, como por exemplo a Frutaçor e particularmente na Terceira a Cooperativa Fruter.

Como sabe o POSEIMA permite que, relativamente a essa facturação de flores e também de outras áreas, seja acrescido um valor de 10% do valor da facturação que visa compensar o esforço de transporte dessas flores para o exterior.

Também devo dizer que existe neste momento um técnico estrangeiro, da África do Sul que, por exemplo, acompanha as nossas produções de proteias, que o Governo Regional tem, quer na ilha do Pico, quer na ilha de S. Miguel, experimentações nessas áreas e que em todas as feiras, quer nacionais, quer mesmo internacionais, temos a representação dos Açores relativamente a essa área floricultura.

É uma área em que estamos não só a experimentar e a investigar, como temos acompanhamento técnico – um técnico sul africano, reputado internacionalmente – relativamente às proteias e que na próxima semana fará uma visita às ilhas dos Açores onde se produz essas flores.

Também temos uma política de cooperação com todas as associações que têm essa área ao seu cuidado, no sentido de estarem representadas em feiras nacionais e internacionais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu acho que V. Exa. não respondeu propriamente à minha pergunta e vou concretizar um pouco melhor.

Nos jornais de hoje o Serviço Regional de Estatística julgo que diz que aumenta a exportação de gado vivo dos Açores.

Nos meus números, a média de saída de gado vivo dos Açores, nos últimos 5 anos, andava à volta de 47 mil cabeças e em 2002 apontam-se 56 mil cabeças.

Com estes números, a produção de carne continua a ser um mito, porque o mercado está preparado, nós produzimos gado vivo para abate, não existindo a sua transformação em carne, mesmo naquelas ilhas que já têm os novos matadouros a funcionar, continuando a prevalecer a exportação em vida, porque há efectivamente

a montante toda uma falta de conhecimento e de know-how que, pelo menos desde que tenho assento nesta bancada, tenho vindo a chamar a atenção de que é uma experimentação que é preciso fazer: que tipo de bovino? Que alimentação? Que maneio? Que peso de abate? Com que formação de carcaça? Tudo isto está por definir.

Havia um conjunto de ensaios que vinham sendo feitos na Ilha do Pico, nas Flores e em S. Miguel, que eu tenha conhecimento, que foram abandonados, não foram substituídos e hoje em dia continuamos a ter gado oferecido para abate à mercê das oportunidade do vendedor, em que uns são gordos, outros são magros, uns são grandes, outros são pequenos, o que dá uma desuniformidade tremenda na nossa produção que dificulta a oferta e a nossa penetração no mercado.

Por outro lado, tudo o que se prende com a tecnologia de abate, desmancha e, sobretudo, com a comercialização da carne, nós estamos também extraordinariamente falhos e é aí que eu pergunto se a Secretaria pretende ou não desenvolver trabalhos de experimentação, porque isto leva tempo. Desde que nasce um novilho até que se chegue ao peso de abate, estamos a falar de 2 anos e, portanto, tem que ser planeado com muita antecedência e preocupa-me um bocado não ver nenhuma preocupação, neste momento, em relação a este assunto, nos Serviços da Secretaria Regional.

Em relação à burocracia, e que o Sr. Deputado Aires Reis aqui frisou, nós sabemos que a burocracia é um mal necessário, ela tem que existir, mas julgo que, no nosso caso, ela tem existido um bocadinho em demasia e dou como exemplo o caso das vacas leiteiras do POSEIMA em que o regulamento diz que o produtor declarará um número de vacas e os serviços depois vão verificar se lá estão, obrigando-nos a apresentar os passaportes de todos esses animais no acto de inscrição e não podemos inscrever apenas o número de vacas que queremos, mas sim a lista informatizada que está no SNIB.

Em relação aos adubos, compreendo perfeitamente que é preciso limitar os adubos, cumprir com as boas práticas e tudo isso, mas a verdade é que um produtor agora para receber o subsídio dos adubos tem que comprá-los por 3, 4 ou 5 vezes no ano, tem que guardar as facturas e depois tem que se candidatar, preencher o formulário

de candidatura, apresentar o parcelário agrícola e todos os documentos que comprovem a compra de adubos para receber um subsídio daqui a um ano provavelmente.

São todas estas questões que, dispondo a Secretaria dum aparelho informático já com alguma dimensão, talvez pudessem ser simplificadas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Aires Reis:

Apenas um pequeno esclarecimento.

Eu julgo que ao nível do sector agrícola não se pode exigir muito mais a S. Jorge do que a produção do leite e neste sentido quero me parecer que o que importa é aumentar o rendimento dos empresários agrícolas.

Quero aqui apresentar o cenário relativamente ao que se passa a este nível em S. Jorge e ao nível da produção do leite que é utilizado no fabrico do queijo.

Em termos de produto final e ao nível percentual temos 30% da produção de queijo de S. Jorge que é classificada e que sai com o respectivo selo de garantia. Esse queijo sai de S. Jorge a um preço sensivelmente na ordem do 750\$00 para ser vendido, concretamente nas superfícies comerciais da Ilha do Faial a 1780\$00. Portanto, de S. Jorge para o Faial tem um aumento superior a 110%. É isso que paga o consumidor.

Deputado Lizuarte Machado (PS): E paga 3\$00 por quilo de transporte.

O Orador: E paga 3\$00 por quilo de transporte.

Eu falei em 30% do queijo de melhor qualidade, somando mais 30% do queijo que é vendido como queijo de ilha, esse queijo tem o preço de 600\$00 sensivelmente. Estamos a falar de 60% e resta 40% de queijo fabricado em S. Jorge que é vendido a 300\$00 para fundir.

O que é que interessa aqui?

Na minha opinião, interessam três coisas: melhorar a produção, melhorar a transformação e o circuito de comercialização e neste sentido, tenho a certeza disso,

nunca houve um governo que desse passos tão importante e significativos como este Governo que está no seu exercício de funções.

Como sabe, Sr. Deputado, porque naturalmente acompanha o que é dito pela comunicação social, o Governo Regional dos Açores está a apostar no sector cooperativo com novas unidades industriais e também estão a dar-se passos bastante importantes ao nível da comercialização.

Resumidamente, julgo que S. Jorge não pode passar senão pela produção de leite, não pode diversificar este sector, atendendo às condições que nós todos conhecemos da ilha de S. Jorge.

Assim sendo, o que é necessário para a ilha de S. Jorge é o aumento do rendimento dos empresários agrícolas, mas para que isso aconteça, na minha opinião, é necessário melhorar estas três condições que aqui apresentei, ou seja, melhorar a produção, melhorar a transformação e os circuitos de comercialização e julgo que, neste sentido, se estão a dar passos bastante seguros em S. Jorge.

Gostaria de ouvir a sua opinião relativamente a esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer que há aqui uma incorrecta informação por parte do Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Nós não abandonámos as experiências da carne, elas mantêm-se nas Flores, as experiências com bovinos mantêm-se nos campos experimentais e, portanto, mantemos toda essa experiência.

Ainda há pouco tempo tive oportunidade de ir às Flores e de assistir aos resultados de todas essas experiências que, para o meu gosto, não estão a ser implementadas da forma como eu dei instruções para serem implementadas.

Quero dizer também que não só dei instruções para acabar com a experiência ao nível do sector leiteiro, que tínhamos um pouco de todas as ilhas e concretamente em algumas com maior significado, porque me parece não haver muito mais a

ensinar aos agricultores, como também foram dadas instruções para que essas experiências passassem a ser feitas no sector da carne.

Portanto, nessas ilhas onde havia experiência da responsabilidade do Governo Regional e da Secretaria para a área do leite, se não acabaram vão acabar. Em algumas ilhas já acabaram e as instruções foram para voltar essas unidades para experiências ao nível da carne.

Sr. Deputado, eu gostaria que o processo relativamente à carne tivesse mais adiantado do que está, mas temos que ter consciência do seguinte: aquilo que é o objectivo prioritário do Governo, no que diz respeito à carne, é a produção de carne certificada.

Portanto, a carne que não é certificada tem, naturalmente, o seu escoamento neste momento pela via que o senhor disse e que é em vivo.

Este processo que vai regredir ao nível de passarmos da exportação em vivo para a exportação em carne desmanhada, vai ser o percurso dos próximos anos, o que corresponde ao esforço de investimento que o Governo Regional tem feito um pouco por todas as ilhas, na construção de novos matadouros que têm quase todos, aqueles que têm dimensões para isso, salas de desmancha e para enveredarmos nessa via.

Agora, mandar carne dos Açores desmanhada, que não seja carne certificada, vai criar no mercado alguma confusão entre as várias carnes de origem dos Açores, a que é certificada e a que não é.

Portanto, achamos que nesta área vamos, naturalmente, dar passos mais significativos, mas é preciso algumas cautelas para não confundir os consumidores, relativamente àquilo que é a carne dos Açores, que é um produto certificado pela União Europeia e, portanto, não devemos ter carne dos Açores que não seja certificada.

Podemos, eventualmente, não ter ainda todos os ganhos e as mais valias que a desmancha da carne pode obter, mas podemos exportar eventualmente em carcaça ou em peças maiores do que aquela já embalada nos Açores como carne certificada dos Açores.

Quanto à portaria de apoio aos adubos, aconselho o Sr. Deputado a reler a portaria, porque ela, neste momento, não exige nenhuma facturação. Ela é completamente simples.

A ideia inicial de juntar contratos de arrendamento foi abandonada.

Aquilo que mais simples se pode exigir ao lavrador é o parcelário, porque qualquer ajuda hoje ao rendimento dos agricultores tem que provar o parcelário e, portanto, todos os agricultores têm o parcelário e todos os outros documentos são muito mais exigentes do que o parcelário. O mínimo que nós podíamos exigir era ter um parcelário para certificar a área de exploração. Não é exigido mais nada ao agricultor relativamente a essa compensação. Neste momento nem sequer é exigida a factura ao agricultor. Irá ser no futuro, mas eu entendi que no primeiro ano não se exigiria essa factura e o apoio ia ser dado exclusivamente pela área e pela produção em concreto que o agricultor tem na sua exploração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes.

É evidente que todos nós entendemos que é preciso melhorar a produção, transformação e a comercialização. Isso é óbvio, mas acontece que a nossa população ouve o Sr. Secretário falar na necessidade de se proceder à diversificação agrícola, mas não sabe quais são as orientações que existem, não sabe se há algum estudo que permita tirar algumas conclusões mais profundas, em vez das conclusões que o Sr. Secretário há pouco referiu, que me pareceram simples e um pouco pela rama, se me é permitido esta expressão.

A população sente que, de facto, a produção de leite pode já ter, neste momento, o seu destino traçado e é natural que queira saber mais alguma coisa sobre a diversificação, é natural que queira saber o que é que pensa o Governo, é natural que queira saber se o Governo tem algum estudo que lhes permita tirar algumas conclusões.

Portanto, o que é verdade é que as pessoas não estão esclarecidas sobre as suas possibilidades de investimento. Esses esclarecimentos, no que respeita à minha terra, ficam um pouco distantes.

Eu acho que, por um lado, o que era preciso, para já, era saber com profundidade se a diversificação agrícola tem ou não viabilidade e, por outro, tratar o assunto de uma forma diferente da que tem sido tratada até agora, ou seja, apoiar a formação de agrupamentos de técnicos que coloquem a informação na “algibeira” das pessoas, eventualmente até com a colaboração da Universidade dos Açores, porque os nossos agricultores têm algumas dificuldades de acesso à informação e eu acho que isso é absolutamente essencial.

O que eu quero ouvir do Sr. Secretário, numa forma clara e acima de tudo verdadeira, antes de mais, é o que é que está destinado nesta área.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Gusmão, eu gostaria de saudar o Sr. Dr. Álvaro Monjardino, ex-Presidente desta Casa, e dar os cumprimentos da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Eu compreendo que nos últimos tempos V. Exa. tem andado preocupado com outra diversificação mais política do que propriamente na área da agricultura, mas de qualquer forma ainda é o cargo que exerce e, portanto, vamos cingir-nos a esta matéria.

Parece-me que, com as respostas que o Sr. Secretário tem dado, esta Casa parou em 99, que não estamos em 2003, que não temos centenas de famílias que estão, passe a expressão, dramaticamente à espera duma resposta de V. Exa. e que, como se o mundo lá fora tivesse também parado, as respostas que tenho ouvido é que o Governo está a estudar, o Governo está a pensar, está à espera da visita de alguém

que vem visitar as ilhas, um sul africano que vai ver como é que as flores ficam melhor.

Portanto, há intenções, mas na prática julgo que era preciso uma resposta concreta, porque aquilo que sabemos é que, por melhor que se consiga na negociação do aumento da quota, o que eventualmente, e como todos esperamos, isso venha a acontecer, vai haver um limite e as pessoas querem saber o que é que está previsto.

Ainda que não se conseguisse o aumento, os lavradores já perceberam que será V. Exa. e o seu Governo Regional a pagar as multas desta campanha e, portanto, já não estão sequer preocupados com isso. Será V. Exa. que terá de assumir essa responsabilidade.

O que os agricultores querem saber, e não pode levar muito tempo a pensar, é que caminhos é que o Governo tem, como responsável político por esta área, como responsável que é e que tem a obrigação de indicar caminhos?

O que é que o Governo Regional tem preparado em concreto?

O que é que o Governo Regional tem, em concreto, previsto em relação à diversificação?

Que áreas é que vão ser incentivadas?

Que apoios e incentivos é que vão ser dados para além daqueles que já existem no âmbito do POSEIMA para essa mesma diversificação?

Saber também se já existem mercados encontrados para uma eventual diversificação?

Saber o que é que o Governo Regional, em concreto, prevê, espera e vai fazer? Isso é que é essencial saber.

Os nossos lavradores agora dispensam muita reflexão. O que eles precisam é de acção, porque o momento é, de facto, dramático e precisa duma resposta clara, precisa e, sobretudo, rápida. É essa resposta que V. Exa. tem a obrigação de dar, não a mim, mas àqueles que a aguardam há muito tempo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Só um breve comentário àquilo que nos disse o Sr. Secretário Regional relativamente à questão da carne e da presença no mercado da carne dos Açores.

Eu devo insistir que quando saem vivos dos Açores 56 mil cabeças de gado, estou a falar de qualquer coisa como 14 mil toneladas de carne, que são transformadas em carne deixando a mais valia, inerente a essa transformação, no exterior da Região, perdendo esse valor.

Por outro lado, o Sr. Secretário transmitiu-nos a ideia de que estar no mercado com carne dos Açores, só nos interessa estar com a carne certificada.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Eu não disse isso, Sr. Deputado. Não ponha na minha boca coisas que eu não disse.

O Orador: A ideia com que eu fiquei foi que o Sr. Secretário disse que era preciso a carne certificada e que dava uma certa confusão no consumidor, julgo que foi o termo que empregou, aparecer outras carnes dos Açores que não fossem certificadas. Dizendo de outro modo, estou dizendo exactamente aquilo que tinha dito há bocadinho.

Portanto, Sr. Secretário, o que eu quero dizer é que a certificação da carne, que tem o seu caderno de especificações técnicas, que obriga a determinados compromissos por parte do produtor, ao cumprimento de regras, que não são fáceis às vezes de satisfazer, é um processo que é moroso, é um processo que vai levar tempo e, entretanto, vamos continuar a ver o nosso gado a sair vivo, “ponta da doca fora”, passe a expressão, para ser abatido noutras regiões, quando houve um notável esforço de investimento na rede regional de abate, em matadouros novos.

Repare-se, Sr. Secretário, estamos a exportar, em carcaça, o equivalente a 4 mil cabeças de gado e nessas 4 mil estão as cerca de 3 mil que são provenientes de abates motivados por razões sanitárias, mais concretamente vacas das campanhas de erradicação da brucelose.

Portanto, neste momento, não há uma produção intencional de carne nos Açores e é isso que me preocupa, porque, como diz ali o Sr. Deputado Paulo Gusmão, nós temos pressa, porque o travão da quota vai se pôr a partir de agora, os rendimentos dos agricultores vão ser cerceados, vão diminuir e é preciso encontrar alternativas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sinto necessidade de intervir, embora por pouco tempo, porque o nosso tempo é pequeno, neste debate para colocar uma ou duas questões, dado o interesse e a importância das matérias que estão em discussão a partir da intervenção do Sr. Deputado Aires Reis.

A primeira reflexão é sobre a diversificação e temos que ter em conta o que é a diversificação, que diversificação se pretende.

Eu gostaria de dizer com toda a clareza que, da nossa parte, e penso que isto é conhecido, nós defendemos a diversificação, mas não defendemos uma diversificação que seja uma pulverização, que não faz qualquer sentido com a economia actual.

Nós temos uma área produtiva fundamental na agro-pecuária, e aí a lei é fundamental, e não podemos subsistir, enquanto economia regional do espaço europeu, se não tivermos uma vertente económica forte no sector agrícola.

Portanto, pulverizar não é a solução e basta ver uma quantidade de produtos com que nos abastecemos todos os dias, as condições de preço que cá chegam e ver as condições de preços têm os produtos que são produzidos cá para se perceber do que é que estamos a falar, para além de muitos outros factores.

Posta esta primeira questão, não quero dizer que não defendamos alguma diversificação.

Tem havido alguns projectos de diversificação, na área agrícola, com sucesso económico, nomeadamente de produtos para exportação. Conheço alguns casos de floricultura, por exemplo, que devem ser apoiados e são, que devem ser incentivados e penso que também são e deve-se procurar criar condições a nível da formação e doutros aspectos para que possam progredir. Aí estamos completamente de acordo.

Agora, que é necessário respostas à situação actual, estamos de acordo, mas não nos podemos esquecer que seria um erro, na nossa opinião, absolutamente trágico se nos esquecermos da importância estratégica do leite.

Portanto, há um problema imediato e um de médio e longo prazo que têm que ser resolvidos e nós temos que encontrar força política para fazermos valer, dentro daquilo que é aceitável e que é razoável, junto do Estado, junto da União Europeia, a necessidade de produzirmos de acordo com as capacidades que temos instaladas, sem irmos para caminhos de intensificação nem de ocupação de novas áreas. Se não formos por aí, estamos mal.

A terceira observação tem a ver com a questão da carne.

Estou completamente de acordo, e já tem sido levantado aqui por esta bancada também, que depois do esforço que já foi feito em relação à rede de abate, que é necessário encontrar-se a maneira de progredir nela de forma segura. É também essencial ir-se por este caminho.

O problema imediato do leite é absolutamente essencial, em termos de curto prazo, conseguir-se não só a confirmação das 73 mil toneladas da quota virtual, mas conseguir a sua actualização no sentido que tem sido defendido. É absolutamente essencial e imediato.

Se isto for conseguido, e temos que lutar por isso, penso que o problema não é tão dramático como se pode pôr, agora o que não podemos é deixar todos de perspectivar o futuro, quer aqui, quer a nível do país, procurando também na União Europeia ganhar aliados para isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para mais esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Caros Colegas:

Eu que até aqui estava com algumas dúvidas de qual era a estratégia do PSD, acabei por perceber a vossa estratégia.

No momento em que nos Açores estamos preocupados com o problema da quota, em que nos Açores temos divergências entre o Governo Regional e o Governo da República, relativamente a esta matéria, o problema da agricultura dos Açores passou a ser a diversificação da agricultura na ilha de S. Jorge.

Meus caros amigos, é para aí que nós vamos.

O problema da agricultura deixou de ser efectivamente aquele que é a prioridade dos Açores, do sector do leite.

O Governo Regional não abdicou, não abdicará nem vai deixar essa batalha por mãos alheias, porque entende que o sector do leite é e continua a ser o sector agrícola mais importante dos Açores.

Já percebemos que o PSD agora quer desviar as atenções para a diversificação. É ridículo, quase ridículo, Sr. Deputado Aires Reis, falar em diversificação em S. Jorge. O senhor deve estar a falar de 4 agricultores, 2 do Topo, 1 da Calheta e o outro não sei de onde.

Portanto, o senhor está a falar de 4 agricultores e o Governo Regional e eu próprio estamos preocupados com o sector leiteiro de todos os Açores e, portanto, temos que colocar essa questão onde ela deve estar colocada.

O Governo Regional não inverteu prioridades no sector agrícola. O sector do leite é e continuará a ser o sector mais importante dos Açores na actividade agrícola e é nessa área que nós continuaremos interessados em batalhar e em levar por diante.

Relativamente ao sector da carne, este é, de facto, um sector importante de complemento no rendimento dos agricultores e em algumas ilhas atinge valores significativos.

O problema é que o debate parlamentar sobre esses pedidos de esclarecimento de 3 minutos, não permite, Sr. Deputado Aires Reis, que eu lhe disserte sobre agricultura e sobre os estudos da agricultura.

Eu percebo que a questão dos estudos da agricultura é um problema importante para o PSD e quando não tem outra coisa para dizer, diz que vai estudar.

Portanto, eu não sou técnico dessa área. Eu sou político e tenho que responder às questões que politicamente são importantes para resolver os problemas concretos dos agricultores açorianos e é nessa área que eu gosto de intervir.

Relativamente à carne, Sr. Deputado, estão em negociações concretas em S. Miguel uma parceria nessa área que, naturalmente, o segredo me inibe de revelar.

Aquilo que eu posso dizer, como já disse no mês passado, é que estamos a dar passos significativos nessa área, no sentido da carne se tornar área interessante de negócio nos Açores, invertendo-se assim a posição de exportarmos a 100% para

irmos regredindo, transformando e ganhando as mais valias cá, aproveitando naturalmente todo o investimento público que foi feito na área dos matadouros e que ainda está a ser feito.

Recordo que ainda falta, mas já adjudicado e em obra a curto prazo, o matadouro da Ilha Terceira.

Será adjudicado, espero eu, no próximo Conselho do Governo, o matadouro do Pico e logo a seguir o de Santa Maria para finalizarmos a rede de abate.

Portanto, depois de todo este investimento público é claro que não fazia nenhum sentido que ficasse tudo como estava. Não vai ficar, Sr. Deputado.

Estamos a investir, mas também estamos preocupados com a comercialização e vamos, naturalmente, chegar lá.

Tive também, na minha última intervenção, oportunidade de dizer que achava que ao nível da exportação a floricultura era a área onde nós podíamos motivar e investir mais alguma coisa. É isso que estamos a fazer.

Nas outras áreas da diversificação da agricultura, neste momento, parece-me muito arriscado qualquer outra motivação ou qualquer outro investimento.

O que é preciso que fique claro nesta Casa é que o Governo não inverteu as suas prioridades e o sector do leite continua e continuará a ser o sector mais importante da actividade agrícola **Presidente:** Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O modelo da economia agrícola dos Açores assenta e assentará sempre quase exclusivamente no leite, na carne e é um modelo que não pode ser estático e nos próximos anos terá de evoluir e provavelmente ser repensado em termos de toda a fileira.

Eu penso que as preocupações que o Sr. Deputado Aires Reis trouxe, do ponto de vista da diversificação, irão pôr-se a algumas franjas de produtores da Região e irão pôr-se pela situação de que o arcaboço da nossa exploração terá que melhorar e não podemos ter, de facto ilusões que uma parte dos agricultores terão que praticar outras actividades diversificadoras.

Isto é uma realidade a que dificilmente fugiremos e mesmo que consigamos devemos continuar a lutar pela flexibilidade das nossas produções no contexto das quotas e no contexto da ultraperiferia.

Portanto, nesse âmbito parece-me fazer sentido aquilo que se colocou, porque a nossa ruralidade é uma ruralidade muito forte e que nem todas as pessoas poderão, no futuro, permanecer do sector do leite.

Não pode querer dizer, por outro lado, que se baixou os braços na luta pela continuação do leite como factor fundamental.

Não pode dizer que se baixou os braços na negociação dos aumentos de quota para o nosso país.

Não pode dizer que se baixou os braços no sentido de conseguir maior direito de produção para os Açores.

Eu penso que estes dois campos devem ficar perfeitamente claros e assim podermos entender-nos.

Não se poderá pensar que a visita do Sr. Secretário de Estado aos Açores que veio falar de diversificação, quer dizer que há descomprometimento neste momento, Sr. Deputado Paulo Gusmão, que são as aspirações e as necessidades de acção directa, e a acção directa, neste momento, é no âmbito da revisão da PAC ter aumentos de quota para Portugal. Isso é que é a acção concreta que os produtores da Região estão à espera. São essas as necessidades que são urgentes, são essas que nós vemos na cara dos produtores diariamente nas fábricas, diariamente nos campos quando lidamos com eles.

Portanto, cada coisa colocada no seu plano e é assim que elas devem ser entendidas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu gostaria só de dizer ao Sr. Secretário Regional da Agricultura que não pode concluir, deste debate que aqui está a decorrer, que o PSD tenha clarificado a sua posição ou tenha apostado na diversificação como nova forma de encarar a agricultura. Não é isso que está em causa e não foi isso que dissemos.

V. Exa. conhece-me e sabe perfeitamente que tenho escrito variadíssimas coisas sobre isso e sou daqueles que acredito que os Açores encontraram na produção forrageira e na produção de pastagens a sua vocação agrícola por excelência. Quando falo de forragens e pastagens tem de haver, e é um mal necessário, uma “máquina que seja capaz de transformar essas pastagens e forragens em produtos que sejam consumíveis pelo homem e essa “máquina” chama-se vaca.

Portanto, leite e carne continuará a ser, de facto, a “coluna vertebral”, se quiserem, da produção agrícola desta Região.

Agora, não podemos deixar de estar preocupados e folgo muito de ver o empenhamento com que o Sr. Secretário e o Sr. Deputado Luís Paulo Alves defendem a necessidade de se aumentar a quota e de se continuar a lutar, digamos, por um aumento da possibilidade de produção de leite nos Açores.

A minha preocupação não é essa, a minha preocupação prende-se com a evolução do mercado na União Europeia e quando começamos a olhar para a revisão intercalar da Política Agrícola Comum, assusta-nos quando vemos que leite em pó e manteiga vão ter baixas nos preços de intervenção, no caso da manteiga de 32 ou 33% e no caso do leite em pó de 21% e eu olho para a nossa estrutura industrial e vejo uma indústria que, maioritariamente, pega no leite que recebe e transforma-o nesses dois produtos.

Portanto, o que é que, em termos futuros, vai acontecer?

Temos que ter uma indústria que ela própria tem de começar a olhar para a diversificação.

Muitas vezes diz-se que não se pode ir para os iogurtes, porque o mercado está distante, mas a verdade é que as bancadas dos nossos supermercados estão cheias de iogurte e os contentores que os trazem talvez os possam levar para lá.

Este é um assunto que tem de ser encarado, porque efectivamente como os aumentos de produção que se verificaram, embora tenham aumentado as produções de queijo, e não sei até que ponto é que o mercado continuará a ter uma capacidade de absorção de mais queijo, olho para o leite em pó e manteiga e as perspectivas não são sorridentes.

Entretanto prevejo que a nossa indústria se veja forçada a baixar o preço do leite à produção. É um cenário que temos que encarar e nesse caso os rendimentos dos agricultores vão ter que encontrar alguma alternativa para além do leite – daí, Sr. Secretário, as minhas preocupações – com uma implementação rápida e que não se pode deixar exclusivamente à iniciativa privada, parece-me a mim, porque é um problema que tem a ver com a economia regional no seu conjunto.

Era só este esclarecimento que eu gostaria de prestar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para fazer uma correcção.

Não é verdade que o nível dos produtos transformados da Região que são enviados para a intervenção (leite em pó e manteiga) seja o produto forte.

Do todo nacional, os produtos regionais que vão para a intervenção correspondem a 8% daquela que é a intervenção a nível nacional, embora a nossa produção de leite corresponda a 27% do todo nacional.

Eu corroboro a preocupação relativamente à revisão da Política Agrícola Comum que ainda não está, como sabe, definida nem decidida e até lá muitos “sinos hão-de toca”. Estamos preocupados e temos feito todos os contactos que a este propósito achamos convenientes.

Ainda há poucos dias troquei impressões sobre esta matéria, em Bruxelas, com o Sr. Deputado Arlindo Cunha, do PSD, falamos sobre esta área e, portanto, o Governo Regional conversa com os Deputados do PSD, conversa com aqueles que podem, naturalmente, aos seus níveis, fazer as intervenções que nós achamos adequadas, para já não falo das conversas diárias que tenho com o Sr. Deputado Paulo Casaca.

Portanto, achei importante referir esta conversa com o Sr. Deputado Arlindo Cunha, para que os senhores não pensem que o Governo Regional se atém apenas a uma linha partidária.

Nós estamos naturalmente preocupados com todo este processo e devemos dizer que esta matéria e esta área não estão definidas.

Eu há pouco não respondi ao Sr. Deputado Paulo Gusmão, mas faço-o agora com o maior gosto, até porque a amizade que nos liga, de algum tempo a esta parte, por o início da sua profissão ter sido igual à que eu exerci, leva-me a que, neste caso, tenha que lhe responder com toda a franqueza.

É evidente que o Sr. Deputado pode assumir essa posição de irresponsabilidade, pode continuar a dizer q eu o Governo Regional vai pagar as multas e que os agricultores já perceberam. Tenho visto o senhor fazer esse papel, infelizmente, por todos os Açores.

Devo dizer que a aspiração do PP, que nunca esteve no governo, é assumir funções governativas, mas desconfio que possa estar nos próximos tempos.

O senhor pode continuar com esse discurso, mas devo adverti-lo que, com responsabilidade, esse não é um discurso dum político responsável.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão para esclarecimentos.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho dito e continuarei a dizer que é ao Governo Regional que compete pagar as multas que eventualmente venham a existir e tenho-o dito com a responsabilidade do mesmo partido que em outras matérias, que são impopulares, também diz quando é que as pessoas têm de assumir as suas responsabilidades.

Diria mesmo que, para o futuro, continuamos a entender que a partir do dia em que o Governo Regional assumir nem mais um litro de leite, a partir daí, é preciso dizer, passou, pagou.

A questão do processo que veio até hoje não pode sequer pôr em dúvida que serão os lavradores a pagar as respectivas multas e não pode, porque a irresponsabilidade não é de quem diz isso, mas de quem se comprometeu com a União Europeia de que baixava a produção do leite nas costas dos lavradores e hoje teima em dar uma resposta clara de que se as coisas correram mal a culpa foi sua.

Deputado Artur Lima (PP): *Muito bem!*

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

O Orador: Foi o Ministro da Agricultura, com o consentimento do Secretário Regional, do Partido Socialista, que mandou para a União Europeia a missiva onde dizia que havia de baixar a produção de leite nos Açores. Isso não aconteceu e V. Exas. nem sequer se dignaram, em tempo algum, a informar os lavradores de que isso já estava em compromisso.

Deputado Artur Lima (PP): *Muito bem!*

O Orador: É por isso mesmo que a responsabilidade é vossa. Tenho-o dito e reafirmo-o aqui, com a impopularidade de quem tem defendido coisas que são popularmente pouco aceites.

É com este sentido de responsabilidade, tendo presente que não são os lavradores os culpados, se porventura não foi feito o aumento da quota, será o Governo Regional a pagar essas multas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não posso deixar esta questão em claro, porque as sessões da Assembleia Legislativa Regional são públicas, e eventualmente os órgãos de comunicação social podem e devem transmitir as afirmações que o Sr. Deputado faz, mas elas têm de ser devidamente corrigidas por quem tem alguma responsabilidade na matéria.

O Sr. Deputado está a ser irresponsável e não está a dizer aquilo que a lei diz. O Sr. Deputado não tem conhecimentos ou ignora o que os regulamentos comunitários dizem sobre essa matéria. O Sr. Deputado tem dito isso publicamente e vai assumir a responsabilidade dos eleitores a quem diz isso, porque depois vão pedir-lhe responsabilidades.

O senhor não é Governo, exerce um cargo político, é representante dos açorianos aqui neste Parlamento e ao fazer as afirmações que faz está a prestar um mau serviço à Região e, em particular, aos agricultores.

O que vai acontecer eu não sei, porque ainda não acabou a campanha. Agora, aquilo que o Governo Regional quer é que nenhum agricultor pague multas, mas continua determinado na obtenção do aumento dos 4% sobre o autoconsumo. Se isso não se

vier a verificar, como tudo indica, porque o Governo da República não apresentou esse pedido em Bruxelas até hoje, temos um problema difícil de ultrapassar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O problema é esse. É o seu Governo.

Deputado Manuel Arruda (PSD): É preciso ter descaramento.

O Orador: Sr. Deputado, não são os lavradores que vão pagar voluntariamente as multas. Em última instância o dinheiro fica cativo na União Europeia e, portanto, vai reflectir-se inevitavelmente nos agricultores. Nós não pagamos nem deixamos de pagar voluntariamente. Isto não é a “república das bananas”. Nós temos leis, temos regras e o Sr. Deputado tem que ser responsável e tem que assumir as suas obrigações e os seus deveres. O Sr. Deputado não pode continuar a insistir nessa matéria.

O senhor não tem argumentos, nem de facto, nem de direito para ter esse discurso irresponsável e só lhe é perdoável se disser que desconhece os regulamentos comunitários. Como não acredito que desconheça os regulamentos, a sua demagogia está a cheirar muito mal.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apesar do tempo ser já muito pouco,...

Deputado José San-Bento (PS): Temos ainda amanhã.

O Orador: ... gostava que ficasse bem claro que a irresponsabilidade é ao contrário. Não vou dizer aqui, com certeza, que conhecerei, como todos aqueles que aqui estão, os regulamentos e os impedimentos que possam haver para um pagamento directo ou para uma substituição directa aos senhores lavradores daquele que é o pagamento de eventuais multas, que continuamos a esperar que não venham a acontecer.

Não vou sequer aqui lembrar o tempo em que o ainda Presidente do Governo Regional dizia: “não me importa a ilegalidade”. Não vou entrar nessa

irresponsabilidade, agora o que lhe vou dizer é que V. Exa. deve assumir essa responsabilidade, que não é só sua, é de outros que aí estiveram no passado e que andam calados. Não é só sua, mas é do Governo Regional do Partido Socialista.

Há um compromisso com a União Europeia e há ao mesmo tempo incentivos que foram feitos para que os lavradores continuassem a produzir.

Portanto, não se trata de um processo formal, trata-se, sim, de compensar no caso de isso existir. Compensações podem haver muitas e não vai ser preciso arranjar uma sociedade financeira para isso, vai ser preciso é o Governo Regional assumir aquelas que são as suas responsabilidades.

Demagogia aqui não há nenhuma, há simplesmente o Governo que errou e assuma esse erro, porque foi o Governo que disse: “preocupem-se com a qualidade que nós preocupar-nos-emos com a quantidade. Nós vamos resolver, os senhores continuem”. É esta matéria que é preciso que o Governo Regional assuma.

Não vou sequer dizer como os representantes dos agricultores dessa altura que até já disseram que punham, se necessário fosse, o Governo Regional em tribunal, mas vou dizer simplesmente a V. Exa. que, no caso das coisas correrem mal, o Governo Regional tem essa responsabilidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se faz questão disso é demagogo.

O Orador: Chame-me demagogo, chame-me o que bem entender, mas estarei sempre convicto de que essa é que é a certeza e, portanto, em nome dos lavradores, continuarei a dizer sempre que a responsabilidade é vossa e só vossa.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Espero que este tema fique verdadeiramente esclarecido para que não hajam dúvidas sobre esta matéria e não é porque V. Exa. tenha ou deixe de ter dúvidas. Isso para mim não é muito significativo. O que me preocupa é que os agricultores possam vir a ter dúvidas. É isso que, sobremaneira, me preocupa.

Devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que essa incorrecta informação de que houve um compromisso do Governo Regional ou do Governo da República de baixar a produção, é falsa. Houve um compromisso de controlar a produção e não de baixar.

Deputado Paulo Gusmão (PP): “Limitadas e regressivas até 2003”.

O Orador: Não está a ler, com certeza, nenhum documento subscrito por mim ou da minha responsabilidade. De certeza que não está a ler – e eu também tenho esse documento – nenhum documento proveniente de alguma entidade com competência nessa matéria.

Aquilo que devo dizer é que em 95 e 96, sobre o discurso “produzam que nós resolvemos o problema das quota”, foi verdadeiro. O VII Governo Regional, em colaboração com o Governo da República transferiu para os Açores a capacidade de produção aumentada em 133 milhões de litros de leite e, portanto, esse problema ficou resolvido.

Os compromissos assumidos em 95 e 96 foram resolvidos com o VII Governo Regional pelo então Secretário de Estado, Sr. Eng.º. Capoulas Santos.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Nesse caso não haviam multas.

O Orador: É verdade, mas está resolvido e não houve nenhum país na União Europeia que tenha aumentado essa quantidade de produção. O máximo a que se referem, da Agenda 2000, foi de 10% e nós aumentámos 30% em igual período.

Em relação ao incentivo à produção estamos conversados.

Relativamente à conversa de todos os responsáveis políticos, depois de 1999/2000, quando nos deram as 73 mil toneladas, não houve nenhum incentivo à produção. Eu repito isto para que fique bem claro nos seus ouvidos.

Aquilo que eu disse em finais de 2001/2002 corresponde à preocupação de virmos a perder as 73 mil toneladas. A partir de Abril de 2001 até Setembro estávamos a perder 2,5 milhões de litros de leite por mês que correspondia a uma motivação conjuntural de abate de vacas por via de regulamentos comunitários que o permitiam fazer e foi preciso lançar um aviso, na altura feito pelo Presidente da Federação Agrícola dos Açores, pelo Sr. Deputado Sequeira de Medeiros nesta Casa e por mim próprio, porque corríamos o risco de perder as 73 mil toneladas.

Não incentivamos a produção, dissemos que era preciso controlar a baixa da produção e não se continuar nessa infinita regressão da produção do leite e, portanto, o Sr. Deputado não confunda as coisas.

Em todas as reuniões, e se não sabe, fica a saber, que eu fiz por todos os Açores, em todas as ilhas onde esse problema é significativo, nomeadamente S. Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Graciosa, reuniões com os agricultores e sempre disse que tínhamos limitação de produção e que tínhamos que ficar abaixo da produção.

Portanto, Sr. Deputado, o seu raciocínio, o seu vício é de falta de informação relativamente a esta matéria...

Deputado Paulo Gusmão (PP): Isso foi agora. Agora é que os senhores estão a enviar as cartas.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Gusmão deixe o Sr. Secretário terminar.

O Orador: ... e o dos senhores lavradores é de terem um político que lhes “toca violino” à vontade daquilo que eles querem ouvir. É por isso que eu digo e continuo a dizer que o senhor está a ter um discurso irresponsável. O seu discurso não deve nem pode continuar assim, mas cada um é livre de dizer o que entende.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Penso que não preciso de intervir mais sobre esta matéria, mas para que fique claro, devo dizer que temos obrigações comunitárias, temos leis a cumprir e o senhor não pode ignorar que nós vivemos num estado de direito e que existem deveres, regras e obrigações para os privados e para os Estados. Neste caso, para o Governo Regional, também existe deveres e obrigações.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Os lavradores estão a receber as cartas há 1 ou 2 meses.

Presidente: Eu pretendia terminar este debate antes de fazer o intervalo regimental, mas isso não é possível, porque já há mais Srs. Deputados inscritos.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos e pedia aos Srs. Presidentes dos Grupo Parlamentares que chegassem aqui à Mesa para termos uma conversa muito breve sobre a nossa ordem de trabalhos.

(Eram 17 horas e 45 minutos)

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 30 minutos)

A nossa situação, em termos de inscrições, é a seguinte: temos ainda duas inscrições para pedidos de esclarecimento na sequência da primeira intervenção e temos dois Srs. Deputados inscritos para intervenções, o Sr. Deputado Paulo Valadão e o Sr. Deputado Artur Lima.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em penso que neste momento é muito importante que esta Assembleia reforce aquilo que são as preocupações dos produtores de leite desta Região e neste quadro parece-me absolutamente importante que alguém defenda aqui que este é um momento muito importante em que se discute e o País pode ver aumentada a sua quota de produção leiteira. O País nunca teve no passado, e isto é um facto, condições como tem neste momento para o conseguir.

A Comunidade Europeia nunca quis ouvir falar em aumentos de quotas. Isto não é nenhuma novidade. Sempre assim foi.

No entanto, a Comunidade Europeia sempre reconheceu que as agriculturas do Sul da Europa, no momento da sua adesão, tiveram e tinham uma “*décalage*” muito grande relativamente às suas concorrentes e tanto foi que em 1983/84 concedeu aos países do Sul da Europa (Espanha, Itália e Grécia) 1,6 milhões de toneladas de aumento da sua quota inicial.

Esses países continuaram a modernizar os seus sistemas produtivos, voltaram a ter problemas e pagaram multas no valor de vários milhões de euros.

Esse problema voltou a ser reconhecido em Março de 1999, em Berlim e novamente a Comunidade, sensível a essa questão, voltou a aumentar para esses países em mais 1,3 milhões de toneladas.

Portanto, os países do Sul da Europa (Espanha, Itália e Grécia) já viram os seus direitos de produção aumentados em 2,8 milhões de toneladas para as quotas dos seus produtores.

Até agora o nosso país não teve nenhum aumento. Até agora o nosso país nunca esteve em revisões da PAC, no sentido de, com a posição que neste momento se encontra, ultrapassagem da quota.

Portanto, o apelo que aqui faço é para que o país não deixe cair este momento e continue a pedir e a reivindicar um aumento da quota nacional, à imagem dos seus congéneres.

Um outro ponto que também me parece importante, é que, de uma vez por todas, o nosso País e o Estado lide, como deve ser, com sistemas de informação da quota. Um regime de quotas que tem que ser eficiente. Não devemos produzir nem mais um litro que a quota, mas também não podemos produzir menos um litro do que a quota e nesse sentido não se pode continuar a assistir, como hoje se assiste – e quem consultar a página da internet do INGA verá isso – a que compradores nacionais não façam a mínima ideia de qual é a posição da quota do País, porque os dados disponibilizados têm um trimestre fechado, ou seja, fecham em Junho do 2000 e têm dados parciais até Novembro deste mesmo ano.

Para o sistema ser eficiente, produtores, compradores e o País têm que, a cada momento, conhecer a disponibilidade que existe a nível global do sistema.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com a intervenção do Sr. Deputado Luís Paulo Alves fiquei confuso, porque se os países do Sul da Europa tiveram sempre as suas quotas aumentadas, por que é que

Portugal não teve? Esta é a minha primeira pergunta. Julgo que Portugal não teve aumento da sua quota porque não pediu.

Efectivamente nós sabemos que a Grécia, a Itália e a Espanha tiveram vários acertos, talvez não em 84...

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Em 93 e 94.

O Orador: Portugal não teve nenhum aumento e nós sabemos que o INGA, no Comité Consultivo do Leite, nos últimos meses de 98 alertou seriamente os participantes – e isso deve estar nas actas desse Comité Consultivo – de que Portugal estava a ultrapassar a sua quota. Entretanto negocia-se a Agenda 2000 e não se vê uma única linha sobre quotas leiteiras, quando os Açores inclusivamente já tinham ultrapassado a sua quota leiteira na campanha anterior e vemos o Reino Unido aumentar a sua quota para fazer face a problemas específicos da Irlanda do Norte.

Por que é que Portugal, mesmo que não fosse no todo nacional, não pôde ter a sua quota aumentada para atender a problemas específicos da Região Autónoma dos Açores, se a sensibilidade na União Europeia era assim tão grande para os países do Sul? Julgo que foi porque Portugal não pediu.

Não faz sentido dar à Espanha, à Itália e à Grécia e não dar a Portugal.

Para além do mais, e eu não fazia intenções de intervir para não prolongar este debate que já vai longo, tenho alguma dificuldade, e o Sr. Secretário Regional perdoar-me-á, em perceber as 133 mil, porque nas respostas que V. Exa. deu a um conjunto de requerimentos que lhe fiz, diz-se que a quota distribuída nos Açores em 98/99 era de 405 mil toneladas. A quota distribuída aos Açores em 2001/2002 era de 450 mil toneladas. Estamos a falar de um aumento de 45 mil toneladas às quais há a somar as 73 mil toneladas do autoconsumo, o que faz com que a possibilidade de produção de leite sem penalização nos Açores neste momento seja de 523.886 toneladas. Confesso que não percebo as 133 mil toneladas.

Há ainda uma outra questão que eu não queria falar disso, mas não podemos deixar de o fazer.

Efectivamente a situação que se vive neste momento, resulta de uma carta assinada pelo Sr. Ministro Capoulas Santos ao Comissário Franz Fichler em que se compromete, em 4 anos, a ajustar à quota que estava distribuída a produção de leite

dos Açores. A execução desta acção comum requer um período de implementação não inferior a 4 anos, durante o qual é indispensável a isenção de imposição suplementar para quantidades limitadas e decrescivas.

Portanto, há um compromisso de um ministro da agricultura português, perante o Comissário da Agricultura da Comissão Europeia, em ajustar a produção de leite dos Açores e pô-la na quota, daí que seja muito difícil a qualquer pessoa ir neste momento a Bruxelas pedir aumentos de quota, porque o Sr. Comissário poderá dizer: mas vocês comprometeram-se a ajustar e agora querem mais.

Portanto, Sr. Secretário, é isto que me faz confusão.

Como é que se pode continuar a dizer permanentemente que é o Governo da República que não pede, é o Governo da República que não o fez?!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): É verdade.

O Orador: Sr. Secretário, já ouvimos o Sr. Ministro da Agricultura, em entrevista à RTP, dizer que esse pedido não chegou a tempo. Esta é uma questão.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): É falso.

O Orador: A segunda questão que eu coloco é que efectivamente há um ministro da agricultura português que se comprometeu, perante a Comissão Europeia, em ajustar, em 4 anos, a produção de leite dos Açores à sua quota. Aí percebe-se por que é que as 73 mil toneladas foram uma medida transitória apenas para quatro campanhas. Está explicado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto à sensibilidade de aumento de quota para os países do Sul da Europa, parece-me irrefutável e 2,8 milhões de toneladas é uma quantidade tão substantiva que me parece real, portanto, é indiscutível.

Portugal nunca teve aumentos de quota, porque não pediu. É outra verdade, mas não pediu, porque as condições em que se encontravam, Portugal e aqueles países, eram manifestamente diferentes e se tivermos a honestidade intelectual e a seriedade que é necessária para analisar estas coisas, temos que ir aos documentos da época para refazermos a história como ela realmente é. Muito bem.

Três ou quatro citações:

A Agenda 2000 é apresentada em Julho de 1997. A Cimeira de Berlim, que encerra as negociações quanto às quotas leiteiras, data de Março de 99. Isto significa que toda a negociação decorre no último semestre de 98, mas vamos admitir que decorra até Fevereiro de 99.

Dados definitivos da campanha 97/98: Portugal tinha disponível na reserva nacional 150 mil toneladas de quota e havia dentro da quota nacional, e a quota não é regional, Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, como muito bem sabe, deficiência de quota nos produtores dos Açores. A quota nacional estava a 150 mil toneladas.

Se nós formos às publicações que existiam na altura e que são insuspeitas, porque são, no fundo, feitas pelo actual Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Dr. Loureiro dos Santos, pessoa conhecedora do sector e se verificarmos isso, vemos que os boletins dizem o seguinte:

Em Fevereiro a informação que existia, datada de Novembro de 98, dizia que o País estava estabilizado, ou seja, a produção leiteira, na campanha 97/98 libertava 150 mil toneladas de quota. Na de 98/99 a situação era estável, ou seja, havia uma variação de 0,1% e os dados até a Outubro davam uma diminuição de 1,4%. Esta é a realidade negocial à altura da campanha.

A nossa posição, quando fomos para negociações é esta: há quota no País para acorrer às necessidades dos Açores.

Mas há mais:

Os dados não são só nacionais. Os dados nacionais são os que são entregues à Comunidade e a própria Comunidade também conhece essa realidade.

Esta é a realidade com que nos sentamos à mesa.

A realidade com que se senta à mesa a Itália, a Espanha e a Grécia é muito divergente.

Como o Sr. Deputado sabe, para além das situações de múltiplas multas em campanhas sucessivas, caso que Portugal não apresentava, esses países apresentavam elevados déficits leiteiros.

A Espanha, a Itália e a Grécia, juntamente com o Reino Unido, são os países que têm 755 do autoconsumo e, portanto, são realidades perfeitamente díspares daquela.

Por que é que hoje é que é o momento? Porque pela primeira vez nós reunimos algumas dessas condições. Nós temos autosuficiência leiteira, mas já não temos, à imagem de que eles não tinham, mais capacidade produtiva e temos problema que eles tiveram, temos o problema no momento da adesão, do nosso sector leiteiro ser um sector historicamente atrasado, face às outras agriculturas.

É por isso que este agora é que é o momento de pedir. Não estou a dizer que é o momento de conseguir. Conseguir ou não é outra coisa, agora é este o momento para tentar e este momento é importante que seja vincado assim.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Como é que foi aberto esse dossier?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu concordo plenamente com tudo o que disse o Sr. Deputado Luís Paulo Alves, relativamente à conjuntura e às épocas em que as coisas se passaram.

Portanto, nós em 97/98 estávamos abaixo da nossa produção. Aqueles três países do Sul estavam acima da sua produção e na altura foi possível ajudar aqueles países. Nós não pedimos. É evidente que se tivéssemos pedido tinha sido o ideal. Não temos dúvidas sobre isso, agora estávamos abaixo da nossa produção e como estávamos abaixo não foi pedido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estávamos a baixo quanto?

O Orador: Estávamos abaixo da produção muitas dezenas de toneladas de leite.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Auanto? O senhor diz que são 200 e o Sr. Deputado diz que são 150.

O Orador: Se quer saber, estude. Só mandar bocas não serve. Inscreva-se e fale sobre essa área.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Somos da mesma área. Temos a mesma formação.

O Orador: Qual formação?! O senhor aqui é Deputado e eu sou Secretário Regional.

Portanto, esta parte está justificada, mas isso, Sr. Deputado, pela honestidade intelectual que lhe reconheço, devia-lhe obrigar a dizer: bem, se em 97/98 Portugal estava abaixo da sua capacidade de produção, havia outros países estados-membros que estavam acima da sua capacidade de produção. A eles foi concedido quota. Nós hoje estamos acima e eu vou exigir do Sr. Ministro da Agricultura que peça esse aumento de quota e que consiga esse aumento, como os outros conseguiram em 99. É aqui que nós divergimos.

Já percebemos nesta sala que em matéria de agricultura existe alguns conceitos. Felizmente gostei da intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota naquilo que ele falou relativamente a essa área. Da área do PSD continua esse bloqueio de tudo o que tem a ver com questões do Governo da República, os senhores ficam, passe a expressão com “antolhos” e só vêem o Governo da República e não vêem os direitos e aquilo que são as necessidades dos Açores. Temos que definir essa área de uma vez por todas.

O Ministro no continente diz que as multas são para pagar. Os senhores cá dizem que as multas não são para pagar. Os senhores hoje não defendem a mesma coisa que defendiam em 97 e 98.

O Sr. Ministro da Agricultura pediu 100 mil toneladas, mas não deram e é isso que os senhores têm que dizer.

O Conselho de Copenhaga, em que participou este actual Ministro da Agricultura, foi uma derrota para Portugal e assumindo essa derrota, depois podemos continuar a conversar.

Há também uma questão que tem de ficar devidamente esclarecida: não é verdade que o Governo da República não tenha conhecimento dos 4%. Eu já disse isso mais do que uma vez aqui e recebo toda a documentação escrita sobre essa matéria.

Mas, mesmo que dúvidas houvesse, alguma vez os senhores ouviram da minha boca ou do Governo Regional pedir a renovação do regime? Alguma vez os senhores ouviram isso? Alguma vez os senhores ouviram a Federação Agrícola pedir a renovação do regime das 73 mil toneladas? Nunca o Governo Regional disse isso. Nós sempre pedimos para quota efectiva e o que o Governo da República fez foi pedir a renovação do regime.

Meus caros senhores, se defendem o mesmo que nós, por que é que não se levantam contra o Governo da República nesta matéria. Os senhores aceitam de mão beijada, porque tudo aquilo que o Governo da República faz é bom para os Açores, mesmo que isso prejudique os agricultores açorianos. Não pode ser, Srs. Deputados. Dois discursos não vale. O PSD tem de ser único quando está no governo e quando está na oposição. Isso é que é ser responsável. Os senhores mantêm nesta matéria um discurso irresponsável, porque defendem o Governo da República, mesmo que isso seja prejudicial aos agricultores açorianos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate. No entanto, como foi suscitado por parte do Sr. Secretário Regional, gostaria só de deixar ficar aqui uma nota de como deve ser o relacionamento entre o Governo e a Assembleia.

O Sr. Secretário, com todos os conhecimentos e todas as qualidade que possa ter, não deve estar aqui sempre numa permanente postura de avaliação dos conhecimentos e a dizer permanentemente “o senhor sabe, o senhor não sabe”. A arrogância que serve de característica não fica bem a ninguém que ocupa cargos públicos ou a quem tem mais aspirações, como é o caso evidente.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sobre a questão da produção que suscitaria a negociação da Agenda 2000, já ouvimos, da parte do Partido Socialista e do Sr. Secretário, variadíssimas posições.

Ouve uma posição, que já foi assumida em Comissão, do Sr. Deputado Paulo Casaca, assumindo que a negociação na Agenda 2000, de facto, não tinha sido bem feita.

Já houve quem enunciasse – não foi o Sr. Secretário Regional – de que teria sido privilegiada a negociação do trigo rijo e do tomate.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é tudo conversa do PSD.

O Orador: Já foi evidenciado pelo Partido Socialista aqui nesta Assembleia de que teriam havido divergências na transmissão de dados do INGA. De facto houve, uma divergência na transmissão dos dados e dos números do INGA.

O Sr. Secretário Regional na semana passada na Ilha Terceira disse que afinal estávamos abaixo dos 200 milhões e o Sr. Deputado Luís Paulo Alves diz hoje que afinal são 150 milhões, isto é: há um discurso em cada dia e em cada semana, há um discurso nos Açores, um discurso em Lisboa e outro discurso em Bruxelas e o Sr. continua a avaliar os conhecimentos dos outros.

O que é certo, e está aqui claro, é que quem não tem conhecimento sobre o sector que deveria dominar é o Sr. Secretário Regional que anda a tentar enganar os agricultores, só que não engana o Grupo Parlamentar do PSD, porque já o conhecemos e já vimos que os seus discursos e as suas mensagens divergem do local e do espaço em que esteja.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Eu queria informar que o Governo já esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez neste debate, que está prestes a chegar ao fim, uso da palavra para colocar um problema com toda a ponderação, mas penso que é muito oportuno ser colocado.

Tanto quanto julgo saber estamos numa situação objectiva em que há uma diferença de posição entre o Governo Regional e o Governo da República acerca de um problema que tem a ver com a integração das 73 mil toneladas na quota efectiva e com a questão da actualização do autoconsumo em 4% ao ano.

Portanto, era importante que isto ficasse clarificado, nos entendêssemos e que todos, incluindo o próprio PSD, clarificassem a sua posição sobre o seguinte: o Governo Regional tem uma posição que é as 73 mil toneladas e mais os 4% de actualização e não vi, na Região, essa posição ser contestada.

Há pessoas que pensam que por agora está bem, mas que depois é preciso continuar a ver o assunto.

A questão que eu ponho é a seguinte: estamos todos dispostos a defender, incluindo o Governo da República, junto das instâncias próprias que seja esta a solução a ser defendida e a ser atribuída aos Açores? Isto tem que ser absolutamente clarificado, porque pode acontecer uma coisa, desculpem-me a expressão, “macabra” que é haver condições europeias para que o assunto seja resolvido e ele não ser resolvido por não haver coesão nacional para a sua resolução. Se assim for, cada um vai ter que explicar muito bem o que é que fez.

Portanto, o que eu gostaria era que todos se pronunciassem e dissessem se concordam ou não com a posição que está posta oficialmente pelo Governo Regional de haver as 73 mil toneladas como quota efectiva mais 4%.

A minha bancada neste momento concorda e acha que depois este assunto deverá ser debatido mais à frente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Este é um problema essencial que temos neste momento e não podemos fugir disto. Tudo o mais, desculpem-me, é conversa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a para o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que também devíamos ser um pouco realistas.

Sei que o Sr. Secretário não me pode responder, mas tem aqui trinta almas que o podem fazer.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas não são almas penadas!

O Orador: 30 almas, no bom sentido.

Sr. Secretário, que fique bem claro esta ideia: por mais que V. Exa. insista em dizer que agora é que acha que se devia aumentar a quota, por mais que todos nós entendamos que sim, que faz sentido que as 73 mil toneladas passem a efectivas e que fique consagrado o aumento gradual de 4%, relativo ao autoconsumo, por mais que todos nós tenhamos essa grande vontade, a verdade é que isto é como o rendeiro que tem que se notificar, e V. Exa. bem conhecerá, mas não é a meio do ano, porque nos lembramos, que a renda devia ser mais. Não é assim.

As coisas têm de ser feitas na altura certa e V. Exa. sabe perfeitamente que isso não foi feito e não foi sequer pedido. É isto que é preciso dizer.

Na altura as contas oficiais diziam que estávamos ainda a 150 mil toneladas, mas 150 mil toneladas de 1.865 mil, o que quer dizer que, mesmo assim, estávamos já a 5% do limite e não fiquemos com a ideia de que ainda tínhamos muito para chegar lá.

Também é verdade que o antigo Ministro Capoulas Santos reconheceu que mesmo assim as contas do INGA estavam erradas.

Que culpa têm os lavradores do INGA não acertar nas contas?

Que culpa têm os lavradores do Governo não ter pedido quota, sabendo que estava já a 5% do limite?

Que culpa têm os lavradores do Ministro, na altura, ter dito que desses 5% havia de transferir alguma quota para o Açores?

Que culpa têm os lavradores da esperança que foi sempre dada de que a quota havia de ser aumentada?

Quem não se lembra do que dizia o Governo Regional aquando da presidência de Portugal da União Europeia: “agora que Portugal vai presidir à União Europeia, vamos resolver esta matéria”.

Quem não se lembra quando acabou o tempo da presidência da União Europeia em que é costume dar-se um prémio aos países que acabam de presidir, nessa altura, dizia-se que o prémio seria, obviamente, o aumento da quota. Nada disso aconteceu e, portanto, é preciso reconhecer que tudo isto falhou.

Todos nós estamos empenhados no aumento da quota, todos nós estamos empenhados nessa matéria, mas é preciso reconhecer que na altura própria isso não foi feito.

Se calhar, nesse tempo em que V. Exa. nem estava nesse lugar que agora ocupa, também há outras responsabilidades e essa sua ânsia de querer defender o seu Governo desde essa altura, também está a contrariar as expectativas legítimas das pessoas que acreditaram em todas essas esperanças que foram dadas.

Não posso deixar de lembrar também que é por alguma razão e é por algum motivo que o antigo Ministro Capoulas Santos já disse publicamente que, atendendo a tantas circunstâncias, os nossos lavradores não podem ser obrigados a pagar quotas.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: É preciso que isto não fique esquecido, é preciso que as pessoas se lembrem sempre que os outros países aumentaram e nós não aumentamos, porque não pedimos. É preciso que o Governo Regional tenha essa consciência.

Termino já, Sr. Presidente, lembrando que não é menos importante dizer aos senhores lavradores que, porventura, nos ouçam, que saberão perfeitamente o dia em que receberam a sua carta a dizer que não podiam produzir mais.

Os senhores lavradores sabem perfeitamente que foi há um mês, há quinze dias e há uma semana que começaram a saber qual é que era a distribuição do próprio autoconsumo.

Os senhores lavradores sabem que só agora, no fim da campanha, é que estão a receber as suas próprias referências.

Nada disto está feito dentro da legalidade, nada disto foi feito com seriedade e, portanto, é essa humildade e essa responsabilidade que se exige do Governo Regional dos Açores.

Tudo o resto é querer atirar areia para os olhos, é querer fugir à questão central.

A responsabilidade é tão só dos socialistas que estiveram na República e dos socialistas que estão aqui e agora.

V. Exa. está sempre a defender o passado porque sabe perfeitamente que a responsabilidade é vossa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Eu tenho acompanhado esta discussão com todo o interesse, mas há semelhança daquilo que foi questionado pelo Sr. Deputado José Decq Mota, há duas questões que me parecem essenciais serem respondidas e que, salvo o devido respeito, os Grupos Parlamentares do PSD e o do PP ainda não conseguiram dar resposta e eu, pessoalmente, estava interessado em conhecer a vossa posição.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Não ouviu?

O Orador: Não ouvi, porque o senhor não disse nada. O senhor limitou-se, na sua intervenção, a fugir à pergunta concreta que lhe foi colocada.

Eu compreendo e aceito que o Governo da República diga: nós até achamos que as 73 mil toneladas não devem, como disse o Sr. Ministro da Agricultura, ser incluídas na quota efectiva.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não disse.

O Orador: Disse nas declarações e nós entendemos que o mecanismo da actualização não deve ser esse.

Eu não estou a contestar isso. Eu reconheço legitimidade ao Ministro da Agricultura para ter essa posição, mas o problema não é esse, o problema é quando nós temos um governo numa Região Autónoma que, no exercício das suas competências, diz: nós queremos ir por aqui e o Governo da República resolve que não devemos ir por ali, isto é um dos problemas.

A autonomia é isto, a autonomia é este governo ou outro governo qualquer que esteja sentado aqui dizer, numa matéria de interesse específico, a nossa opção é esta e se tem competência e legitimidade para definir políticas naquele sentido, o Governo da República deve respeitar e deve fazer todo o esforço para cumprir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi isso que o Sr. Deputado Fernando Lopes não fez na altura.

O Orador: O segundo problema que temos aqui é o seguinte:

O PS tem uma posição clara e que corresponde à posição que foi expressa pelo Governo Regional e que é a seguinte: 73 mil toneladas na quota efectiva e mecanismos de actualização de 4%.

É preciso saber, independentemente de todo o palavreado que o Sr. Deputado Paulo Gusmão queira produzir aqui e que não respondeu, o que é que o senhor defende. Se o senhor defende a passagem das 73 mil toneladas de quota virtual a quota efectiva, diga, assuma e tenha a coragem de dizer aos lavradores: não, eu não concordo com a passagem para quota efectiva; não, eu não concordo com o mecanismo de actualização. O senhor não tenha medo de assumir isso aqui. O senhor não tem a coragem de assumir isso aqui para fazer favores ao seu Governo da República.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Está escrito na acta.

O Orador: Esta posição igualmente se aplica em relação ao PSD, Eu gostava de perceber se a vossa posição é uma posição de estratégia e dizer assim: nós não concordamos que deve ser incluída na quota efectiva as 73 mil toneladas e não concordamos que deve haver um mecanismo de actualização de 4%, muito bem, é uma opção política, é uma opção de agricultura, de desenvolvimento da nossa Região tão legítima como outra qualquer, mas é isso que nós precisamos de perceber.

Agora, não se pode é nesta discussão, com o problema que nós temos neste momento, dizer: meus senhores assim, meus senhores para ali, os senhores não fizeram.

Meus amigos, vamos ser parte da solução. Os senhores até agora têm sido parte do problema.

Os senhores avancem com a vossa proposta nesta matéria.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Já lhe digo.

O Orador: Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, o que é que o PSD pensa sobre isso? É passagem a quota efectiva? Se é isso, por que é que os senhores não reclamam do Governo da República?

Deputado Victor Cruz (PSD): Já ao tempo que eu disse isso.

O Orador: Não disse, aquilo que senhor foi fazer ao Conselho Nacional do PSD, nem sequer foi ao Governo da República, foi dizer que devia continuar a quota virtual e nós não queremos isso, não queremos quota virtual, mas sim quota efectiva. Os senhores não querem quota efectiva, os senhores querem quota virtual.

Para além disto, também não querem o mecanismo de actualização dos 4%.

Deputado Victor Cruz (PSD): Está no jornal.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

O que está no jornal é isto: os senhores querem quota virtual; manutenção e franquias é isso Sr. Deputado, ou então o senhor nem sequer sabe aquilo que foi defender para o Conselho Nacional do PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): Mais um a julgar.

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Portanto, vamos ser claros nesta matéria. Como é que se posiciona o Partido Social Democrata neste aspecto?

Terminando, Sr. Presidente, a vossa opção, e não é sequer uma questão de partidarice, de entenderem que não deve haver a inclusão na quota efectiva, é tão legítima como a outra. Discordamos dela, mas é legítima.

Agora, o que é preciso é perceber que os senhores não podem mandar cartas para os agricultores dos Açores a dizer que o PSD faz, que o PSD defende e, no fundo, o que os senhores estão a defender é que continue a situação actual e nós o que queremos é ir mais além.

Portanto, agradecia, se fosse possível, ser esclarecido neste aspecto.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa está confrontada com uma realidade que é esta: são 19,00 horas e ainda estão inscritos os Srs. Deputados Duarte Freitas, Luís Sequeira de Medeiros e Paulo Gusmão. O debate prosseguirá amanhã e os Srs. Deputados inscritos terão oportunidade de usarem da palavra.

Vamos passar à nossa ordem de trabalhos com a apreciação e votação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 16/98/A, de 6 de Novembro que adapta à RAA o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino básico e Secundário”**, apresentado pelo Partido socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O plenário da Assembleia Legislativa Regional aprovou, no dia 23 de Setembro de 1998, o Decreto Legislativo Regional nº 16/98/A com a adaptação à Região do Estatuto da Carreira dos Docentes e Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, onde no seu artigo 2º fazia a adaptação de diversos artigos desse estatuto da carreira.

Dizia no seu artigo 24º., aprovado nesta Casa por unanimidade, que e passo a citar: “A regulamentação dos concursos previstos no presente estatuto serão objecto de Decreto Regulamentar Regional com a participação das organizações sindicais do pessoal docente”.

Este diploma publicado veio a ser sujeito a uma intervenção do Tribunal Constitucional, através do seu Acórdão nº 81/2003, em que foi declarada a inconstitucionalidade com força obrigatória geral, por violação do artigo 232º., nº. 1 e 227º., nº. 1 da Constituição, por entender o Tribunal que esta norma de

regulamentação de Leis Gerais da República deve ser feita através de diploma desta Assembleia e não de Decreto Regulamentar Regional.

Para fazer face a esta declaração de inconstitucionalidade o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou um Projecto de Decreto Legislativo Regional que agora debatemos e que visa exactamente substituir a regulamentação dos concursos, por decreto regulamentar, passando-a para Decreto Legislativo Regional, através da participação das organizações sindicais.

Este é, na nossa perspectiva, um diploma que visa expurgar a norma, que foi declarada inconstitucional, de adaptação que fazemos ao estatuto da carreira docente por forma a que de seguida se proceda à regulamentação, por decreto desta Casa, dos respectivos concursos de professores na nossa Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos a apreciar um Projecto de Decreto Legislativo Regional que visa responder positivamente a um Acórdão do Tribunal Constitucional.

Em primeiro lugar, o Partido Comunista Português está de acordo com aquilo que agora o Partido Socialista propõe, porque efectivamente estamos a expurgar dum texto regional uma inconstitucionalidade que cometemos no passado.

Pensamos que é um processo correcto em relação a estas matérias e pensamos que assim este Decreto Legislativo Regional irá resolver uma situação que o Tribunal Constitucional verificou não ser aceitável nem pode permanecer e por isso damos o nosso voto favorável.

Mas, em relação a esta matéria penso que valerá a pena fazer algumas considerações sobre todo este processo e nós por várias vezes, não em relação àquilo que estamos a apreciar neste momento, mas em relação a vários documentos que nos últimos anos temos vindo aqui a analisar, temos chamado a atenção para o facto de que em diversos decretos legislativos regionais, aqui aprovados, insistimos em regulamentações, através de decreto regulamentar regional, o que neste caso

concreto se veio a verificar que tínhamos cometido uma ilegalidade, que não foi consciente, mas que deve servir para termos a preocupação de, em profundidade e em consciência, podermos aqui legislar no sentido em que se pense com seriedade de que o órgão com poder para legislar nesta Região é apenas a Assembleia Legislativa Regional. O que o executivo pode fazer é apenas ao nível da regulamentação.

Neste caso concreto o Sr. Deputado Francisco Sousa, relativamente aos concursos dos professores da Região Autónoma dos Açores, já referiu que o que o Governo Regional procurou fazer foi legislar indevidamente e não o podia fazer, porque isso apenas é da competência da Assembleia Legislativa Regional.

Felizmente, em nosso entender, o Tribunal Constitucional pronuncia-se e faz um Acórdão em relação a esta matéria e leva-nos a que hoje estejamos aqui a fazer esta alteração que nós consideramos positiva, importante e levar-nos-á, no futuro, sobre a matéria dos concursos, porque só a Assembleia Legislativa Regional, em termos legislativos, tem competência para legislar sobre esta matéria.

Nós entendemos que temos que ter um cuidado extremo em relação àquilo que aprovamos, àquilo que votamos e discutimos como decreto legislativo regional, no sentido de subsequente legislação que tenha carácter legislativo, é absolutamente necessário que seja feita através de decreto legislativo regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e da forma como ela foi colocada, eu gostaria de prestar o seguinte esclarecimento:

A primeira questão é de que não se trata, e não é esse o sentido do Acórdão, de dizer que isso não é um regulamento. O que o Tribunal Constitucional disse foi que o Governo não regulamenta as Leis Gerais da República, porque o próprio texto original do Decreto-Lei que aprova o estatuto, e a redacção que foi feita apenas acrescenta uma palavra, diz que “por decreto regulamentar”, ou seja, o próprio

decreto original, na sua adaptação em 1990 e depois em 1998 repetiu “ipsis verbis” a mesma adaptação de 90, a Região apenas acrescentou a palavra “regional”. Dizia lá decreto regulamentar e ficou decreto regulamentar regional e isto porquê? Porque se trata de um regulamento.

Portanto, a questão aqui não é do Governo ter legislado, porque não se trata de legislação, trata-se de um regulamento, mas, sim, do Governo ter regulamentado uma lei que, sendo uma Lei Geral da República, o próprio Acórdão, na conjugação dos dois artigos citados da Constituição, o que vem dizer é que a regulamentação das leis Gerais da República está reservada a este órgão.

A outra questão que também é importante que se diga é que este Acórdão, com o respeito que temos que ter pelo Tribunal Constitucional, vem a contrário de pareceres que são bem conhecidos desta Casa, porque foram também dados aqui a conhecer à Assembleia em devido tempo, de distintos constitucionalistas que entendem não ser assim. A posição foi vencida e agora temos que rectificar.

Eu apenas queria colocar a correcção dizendo que, de facto, o Governo apenas regulamentou e o que foi considerado mal pelo Tribunal Constitucional foi que o Governo regulamentou uma lei que era Lei Geral da República. Se fosse outro decreto qualquer que não fosse Lei Geral da República, esse problema não teria existido, pelo menos com aquela conformação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É para prestar um esclarecimento ao Deputado Paulo Valadão quando ele diz que o Governo produz regulamentações por decretos legislativos regionais, a nossa interpretação é de que ele produz e deve produzi-las.

Também o Sr. Deputado disse que nós nesta Casa devemos fazê-lo com profundidade e em seriedade quando debatemos estas questões. Esta questão, por exemplo, foi debatida com seriedade na Comissão.

Julgo que o Sr. Deputado Paulo Valadão quando o disse não o fez em sentido negativo, mas no sentido de cada vez mais, sempre que tivermos a legislar, tenhamos o máximo de atenção.

Também lhe quero dizer o seguinte:

Quando nós tomámos esta decisão há uns anos atrás, tomámo-la conscientemente, porque para nós, Partido Socialista, os concursos são um regulamento e entendíamos que essa capacidade podia ser perfeitamente exercida pelo Governo Regional, porque tinha existido um Decreto-Lei nacional, o Estatuto da Carreira Docente, que foi adaptado à Região através de um Decreto Legislativo Regional e do Decreto Legislativo Regional, na nossa perspectiva, nascia um Decreto Regulamentar Regional. Entendíamos que estávamos a proceder correctamente.

O Tribunal Constitucional entendeu que não, porque faz a interpretação de que este regulamento é um regulamento de uma Lei Geral da República e a regulamentação das Leis Gerais da República compete a esta Casa.

Também lhe quero dizer que o próprio artigo 24º do Decreto-Lei 190, Estatuto da Carreira Docente, diz que: “O governo regulamentará por decreto regulamentar”. Referia-se à República.

O próprio Governo da República podia tê-lo feito há uma quantidade de anos, porque os diplomas são de 88, o Estatuto é de 89 e só este ano é publicado o primeiro diploma, passados 13 anos, que em vez de ser um Decreto Regulamentar como previa o próprio Estatuto, o Governo da República transformou-o em Decreto-Lei e a leitura que eu faço é a seguinte:

O Governo da República ao transformar o Decreto Regulamentar em Decreto-Lei, tê-lo-á feito exactamente porque sabia que se fizesse um Decreto Regulamentar ele não teria aplicação a todo o território nacional. Só apenas as leis gerais é que são aplicadas a todo o país. Eu nem sequer quero fazer esta leitura, porque não tenho o conhecimento para que isso possa acontecer.

Apenas tenho conhecimento de que este diploma que foi publicado dizia, na proposta que veio a esta Casa para parecer, Lei Geral da República e o que

efectivamente foi publicado retirou esta designação de Lei Geral da República pelo facto do princípio de que se era intenção do legislador que fosse Lei Geral da República e se retirou essa designação é porque não quer que seja Lei Geral da República, embora no seu artigo 4º. se diga que tem aplicação a todo o território nacional.

Também há jurisprudência sobre a matéria que diz que não é pelo facto de não dizer que é Lei Geral da República que ela deixa de ser.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Valadão, é só para esclarecer que, quando o fizemos há uns anos atrás, fizemo-lo consciente de que estávamos a fazer bem e muitos têm sido os Decretos Legislativos Regionais que aprovamos nesta Casa em que passamos a regulamentação para o Governo Regional.

Por último também quero relembrar a esta Casa que sobre este Projecto foram pedidos pareceres aos sindicatos de professores e foram feitas duas audições a dois sindicatos, tendo sido dois dos sindicatos favoráveis ao projecto e um deles está contra por entender que esta Assembleia e esta Região não deve nem tem capacidade para legislar sobre esta matéria.

Presidente: Tem as palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Aquilo que o Sr. Deputado Francisco Sousa diz no início é exactamente aquilo que eu disse.

O apelo que faço a todos nós é que de facto temos que aprofundar cada vez mais a matéria e temos que fazer esse esforço, porque é nosso dever e temos que o fazer.

Não pus em causa o trabalho passado, porque considero que foi um trabalho sério, em que também participei. Fizemos o nosso melhor, mas, infelizmente, não fizemos como poderia ter sido feito. Esta é a realidade.

Sr. Secretário Regional e Sr. Deputado Francisco de Sousa:

Por outro lado, há um aspecto, e esse foi um busílis desta questão, que é o seguinte: regulamentar uma Lei Geral da República é um acto legislativo. É isso que entende o Tribunal Constitucional.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Não senhor.

O Orador: É, Sr. Secretário. Regulamentar uma Lei Geral da República é um acto legislativo.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Não é isso. Reserva a competência para a Assembleia.

O Orador: Assim sendo, só nós o podemos fazer, porque se fosse, pura e simplesmente, um acto regulamentar poderia ser feito pelo Governo Regional. A realidade é esta. É por isso que nós estamos hoje aqui a fazer esta legislação e é por isso que nós vamos estar aqui daqui a um mês ou dois a fazer nova regulamentação. Por outro lado ainda, Sr. Deputado Francisco de Sousa, o senhor diz e bem: a lei dos concursos que nós temos aqui ao nível da República não foi feita por decreto regulamentar. Embora aparentemente...

Deputado Francisco de Sousa (*PS*): Aparentemente? Está lá!

O orador: ... poderia tê-lo feito, mas na realidade não o fez e o que nós temos aqui da República, em relação aos concursos, é um Decreto-Lei que tem a força de lei e é feito por um órgão com poder legislativo, que é o Governo da República, ao contrário da Região em que o Governo não tem capacidade legislativa, mas capacidade executiva e regulamentar.

Portanto, nós entendemos que esta matéria deve merecer uma atenção cada vez maior e deve, da nossa parte, merecer aquele cuidado que costumamos ter, mas que às vezes temos lapsos e desta vez houve, efectivamente, um lapso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero dizer apenas três coisas sobre este diploma, que é simples, pois trata-se apenas de dois artigos.

A primeira é de que, de facto, fica aqui neste processo um aviso, e julgo que isto não é de menosprezar, a todos nós e de um modo especial àqueles que legislam, que a nossa autonomia é por natureza mais parlamentar do que as analogias que às vezes fazemos com a República, independentemente das considerações da regulamentação ser um processo legislativo ou não, mas trata-se do facto da nossa regulamentação

ser diferente daquela que é a regulamentação da República que não pode contrariar em nada o diploma, porque não contempla as especificidades que nós aqui podemos fazer e que exige outra força formal e até orgânica no órgão que a faz emanar.

Fica para todos nós este aviso de que nem sempre se há-de fazer a analogia com a regulamentação que a nível nacional é feita pela parte governamental.

A segunda nota que gostaria de deixar é que a alteração em si mesmo, que é aqui feita, é matéria consensual.

Aliás, das audições que em sede de Comissão fizemos, apenas as reservas que foram levantadas já tinham a ver com outras questões que não propriamente com esta matéria e com algumas dúvidas que levavam a pensar se a autonomia tinha ou não vantagens em regulamentar essa matéria.

Pela nossa parte acreditamos na autonomia, neste processo e, portanto, entendemos que é bastante válido que assim seja feito.

A terceira nota e última que gostaria de deixar é que as vantagens estão à vista. Não é matéria que esteja agora em discussão, mas é este artigo que vai permitir que, no futuro, as especificidades da Região continuem a estar asseguradas naquilo que é a regulamentação.

O facto de estarmos longe, de sermos ilhas e de não sermos uma região contínua do resto do território nacional, bem justificam uma regulamentação muito própria no âmbito da matéria que aqui está e que tem a ver com a colocação dos professores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Muito rapidamente para dizer que a posição do Grupo Parlamentar do PSD relativamente a este Projecto de Decreto Legislativo Regional é de votá-lo favoravelmente pela única e simples razão de que se trata de repor a constitucionalidade do Decreto Legislativo Regional nº 16/98/A, de 6 de Novembro, expurgando o artigo que foi agora declarado inconstitucional.

Quanto à matéria de fundo e ao concurso dos professores, isso será matéria para futura posição aqui do plenário da Assembleia e nessa altura trataremos devidamente esse assunto.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo intervenções sobre esta matéria, vamos proceder à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à especialidade.

Este diploma tem dois artigos, artigo 1º. e artigo 2º.. Não há propostas de alteração.

Assim sendo vou pôr à votação, em conjunto, este dois artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º. e 2º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, de acordo com uma conversa com os diversos líderes parlamentares, nós vamos interromper aqui aos nossos trabalhos, recomeçando amanhã pelas 10,00 horas com o Período de Antes da Ordem do Dia.

Boa noite e até amanhã.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido social Democrata (PSD)

José Manuel Avelar Nunes

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Partido Social Democrata (PSD)

Manuel da Silva Azevedo

—

DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2000/A, de 10 de Agosto, alterado pelo decreto legislativo Regional n.º 12/2001/A, de 4 de Agosto, que estabelece o regime de licenciamento de exploração e registo de máquinas de diversão.

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico do licenciamento de exploração e registo de máquinas de diversão está consagrado no Decreto Legislativo Regional n.º 28/2000/A, de 10 de Agosto, posteriormente alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2001/A, de 4 de Agosto.

No âmbito deste diploma apenas se previu a exploração de máquinas de diversão no interior de recinto ou estabelecimento exclusivamente licenciado para a exploração de jogos, não podendo inclusive o recinto comunicar com o estabelecimento comercial ou parte de prédio que seja objecto de qualquer outra exploração.

Considerando que o regime do restante território nacional, enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 316/95, de 25 de Novembro, permite a exploração, em simultâneo, de até 3 máquinas em estabelecimento não licenciado para a exploração exclusiva de jogos;

Considerando que na Região a previsão do diploma regional se tem apresentado, neste ponto, desconforme com a realidade originando uma manifesta situação de desigualdade em relação ao restante todo nacional;

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o seguinte projecto de decreto legislativo regional:

Artigo 1.º

O artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 28/2000/A, de 10 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 17.º

Recinto

1. As máquinas só podem ser exploradas no interior de recinto ou estabelecimento previamente licenciado para a exploração de jogos, o qual não pode situar-se nas proximidades de estabelecimentos de ensino.
2. Salvo tratando-se de estabelecimentos licenciados para a exploração exclusiva de jogos, não podem ser colocadas em exploração simultânea mais de três máquinas, quer as mesmas sejam exploradas na sala principal do estabelecimento, quer nas suas dependências ou anexos, com intercomunicação interna, vertical ou horizontal.
3. (...)
4. (...)
5. (...)”

Artigo 2.º

Aos processos de contra-ordenação por infracção do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 28/2000/A, de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo

Decreto Legislativo Regional n.º 12/2001/A, de 4 de Agosto, que se encontrem em fase de instrução, aplica-se o regime previsto no presente diploma, se mais favorável.

Artigo 3.º

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ponta Delgada, 12 de Março de 2003

Os Deputados do Partido Socialista/Açores, *Vasco Cordeiro, Fernando Lopes, Francisco Sousa, Manuel Campos e José San-Bento.*

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais.

Decorridos estão 25 anos da publicação do Decreto Regional n.º 1/77/A, de 10 de Fevereiro, que estabeleceu as regras sobre a publicação e entrada em vigor dos actos regionais e criou o Jornal Oficial.

A complexidade das sociedades e o aumento das funções do Estado e dos entes com poderes legislativos, determinaram o incremento constante do volume de disposições legais em vigor e, em alguns casos, a degradação da qualidade técnica legislativa.

Considerando que na estrutura formal do acto legislativo se deverá em conta, entre outros, o princípio da ordenação sistemática da composição e redacção das leis;

Considerando que urge acentuar uma das facetas de simplificação legislativa que diz respeito à racionalização da feitura dos actos normativos da competência dos órgãos de governo próprio da Região e à divulgação desses actos normativos junto dos destinatários e do público em geral, de forma a torná-los mais eficazes;

Considerando que atribuindo relevância jurídica à versão electrónica do Jornal Oficial se está a contribuir para a prossecução do programa do Governo Regional quando se propõe desenvolver a sociedade da informação;

Considerando, finalmente, que a Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro, que discorre sobre a publicação, identificação e formulário dos diplomas no território nacional, integra um conjunto de cominações no que aos diplomas dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, diz respeito;

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, apresentam o seguinte projecto de decreto legislativo regional:

Capítulo I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma visa estabelecer o regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos actos normativos na Região Autónoma dos Açores.

Artigo 2.º

Publicação

1. A eficácia jurídica dos actos a que se refere o presente diploma, e que não dependam de publicação no *Diário da República*, verifica-se com a publicação no *Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores*, doravante designado *Jornal Oficial*.
2. A data do diploma é a da sua publicação, entendendo-se como tal a do dia em que o *Jornal Oficial* se torna acessível através da *Internet*.

Artigo 3.º

Vigência

1. Os actos normativos a que se refere o artigo anterior entram em vigor no dia neles fixado, não podendo o início da vigência verificar-se no próprio dia da publicação.
2. Não sendo fixado o dia, os diplomas entram em vigor no 5.º dia após a publicação.
3. Os prazos referidos nos números anteriores contam-se a partir do dia imediato ao da sua disponibilização por via electrónica no *Jornal Oficial*.

Artigo 4.º

Envio dos textos para publicação

Cumpridos os requisitos constitucionais, estatutários e legais, o texto dos diplomas é enviado para publicação no *Jornal Oficial*, por intermédio dos serviços competentes dos órgãos donde provenha.

Artigo 5.º

Rectificações

1. Só são admitidas rectificações para correcção de erros materiais provenientes de divergências entre o texto original e o texto impresso de qualquer diploma publicado na 1.ª série do *Jornal Oficial*.
 2. As declarações de rectificação são feitas mediante declaração do órgão que aprovou o texto original, devendo ser publicadas na mesma série até 60 dias após a publicação do texto rectificando.
 3. A não observância do prazo previsto no número anterior determina a nulidade do acto de rectificação.
- As declarações de rectificação reportam os efeitos à data da entrada em vigor do texto rectificado.

Artigo 6.º

Identificação

1. Todos os actos normativos são identificados por um número, e pela data da respectiva publicação no *Diário da República* ou no *Jornal Oficial*, conforme a sua natureza, seguidos da respectiva “/” e da maiúscula “A”.
2. Todos os actos normativos têm um título que traduz sinteticamente o seu objecto.
3. Os diplomas que tenham a mesma designação genérica devem ser identificados pela indicação do departamento emissor.

Artigo 7.º

Numeração

Há numeração distinta para cada uma das seguintes categorias de actos:

- a) Decretos Legislativos Regionais;
- b) Decretos Regulamentares Regionais;
- c) Resoluções da Assembleia Legislativa Regional;
- d) Resoluções do Conselho do Governo Regional;
- e) Portarias;
- f) Despachos normativos;
- g) Avisos;
- h) Declarações de rectificação.

Capítulo II

Formulário dos diplomas

Artigo 8.º

Disposições gerais

1. No início de cada diploma da Assembleia Legislativa Regional ou do Governo Regional indica-se, para além do órgão donde emana e da disposição constitucional

ao abrigo da qual é aprovado, a correspondente disposição do Estatuto Político-Administrativo e, se for caso disso, o acto legislativo a regulamentar.

2. Os decretos legislativos regionais que procedam a adaptações de normas de leis gerais da República indicam expressamente o diploma legal e os preceitos objecto de adaptação.

3. Os decretos legislativos regionais aprovados ao abrigo de uma autorização legislativa ou que desenvolvam leis de bases da Assembleia da República indicam expressamente as respectivas leis de autorização ou leis de bases.

4. Nos decretos legislativos regionais e nos decretos regulamentares regionais da competência da Assembleia Legislativa Regional, após o texto segue-se, sucessivamente, a data da aprovação, a assinatura do seu Presidente, a data da assinatura pelo Ministro da República, a ordem de publicação e a assinatura deste.

5. Nos decretos regulamentares regionais da competência do Governo Regional, após o texto segue-se, sucessivamente, a menção da aprovação pelo Governo Regional e respectiva data, a assinatura do seu Presidente, a data da assinatura pelo Ministro da República, a ordem de publicação e a assinatura deste.

6. Os diplomas regulamentares devem indicar expressamente os actos legislativos que visam regulamentar ou que definem a competência subjectiva e objectiva para a sua emissão.

Artigo 9.º

Consultas

Quando no procedimento tiverem participado, a título consultivo ou deliberativo, por força da Constituição, do Estatuto Político-Administrativo ou da lei, outro ou outros órgãos além do órgão de aprovação final, ou tenha decorrido uma consulta aos cidadãos eleitores, faz-se referência expressa a tal facto.

Artigo 10.º

Diplomas da Assembleia Legislativa Regional

1. Os Decretos Legislativos Regionais obedecem ao formulário seguinte: «A Assembleia Legislativa Regional decreta, nos termos da alínea ... do artigo ... da

Constituição, do artigo ... do Estatuto Político-Administrativo, (e se for caso disso o acto legislativo a regulamentar, a lei autorizante ou lei de bases a desenvolver) o seguinte: (Segue-se o texto.)»

2. As resoluções da Assembleia Legislativa Regional obedecem ao formulário seguinte:

«A Assembleia Legislativa Regional resolve, nos termos da alínea ... do artigo ... da Constituição, e do artigo ... do Estatuto Político-Administrativo, o seguinte:(Segue-se o texto.)»

3. Após o texto das resoluções seguem-se, sucessivamente, a data da aprovação e a assinatura do Presidente da Assembleia.

Artigo 11.º

Propostas de decreto legislativo regional

1. As propostas de decreto legislativo regional do Governo Regional devem conter exposição de motivos e nota justificativa e obedecem ao formulário seguinte:

«Nos termos da alínea ... do artigo ... do Estatuto Político Administrativo, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte proposta de decreto legislativo regional: (Segue-se o texto.)»

2. Após o texto seguem-se, sucessivamente, a data da aprovação em Conselho do Governo e a assinatura do Presidente do Governo Regional.

Artigo 12.º

Outros diplomas do Governo Regional

1. Os outros diplomas do Governo Regional obedecem ao formulário seguinte:

a) Decretos Regulamentares:

«Nos termos da alínea...do artigodo Estatuto Político Administrativo, o Governo Regional decreta o seguinte: (Segue-se o texto.)»

b) Resoluções do Conselho do Governo:

«Nos termos da alínea ... do artigo...do Estatuto Político-Administrativo, o Conselho do Governo resolve: (Segue-se o texto.)»

c) Portarias:

«Manda o Governo Regional, pelo ... (indicar o membro ou membros do Governo Regional competentes), o seguinte: (Segue-se o texto.)»

2. Após o texto das resoluções mencionadas na alínea b) do número anterior seguem-se, sucessivamente, a data da aprovação em Conselho do Governo e a assinatura do Presidente do Governo Regional.

3. Após o texto dos diplomas mencionados na alínea c) do n.º 1 segue-se a assinatura do membro ou membros do Governo Regional que os emitem, com a indicação da respectiva data.

4. Sendo vários os membros do Governo Regional a assinar os diplomas aludidos no número anterior, a data que releva é a da última assinatura.

Artigo 13.º

Membros do Governo Regional

Sempre que o presente diploma se refere a membros do Governo Regional competentes, deve entender-se que são abrangidos aqueles cujos departamentos tenham, em razão da matéria, interferência na execução do acto.

Capítulo III

Jornal Oficial

Artigo 14.º

Jornal oficial

O órgão oficial da Região Autónoma dos Açores é o *Jornal Oficial*.

Artigo 15.º

Edição

A responsabilidade pela edição do *Jornal Oficial*, incluindo a determinação da sua periodicidade, cabe à Presidência do Governo Regional.

Artigo 16.º

Registo da distribuição

1. A versão electrónica do *Jornal Oficial* inclui um registo de acesso livre e gratuito, em termos a regulamentar.
2. O registo faz prova para todos os efeitos legais e deve abranger as edições do *Jornal Oficial* desde a sua criação.
3. Para além do disposto no n.º 1, compete ao Governo Regional regulamentar os termos da assinatura, acesso às bases de dados e respectivo pagamento, no prazo de 60 dias após a entrada em vigor do presente diploma.

Capítulo IV

Disposições finais

Artigo 17.º

Regulamentação

A entrada em vigor do presente diploma não prejudica a regulamentação elaborada ao abrigo do Decreto Regional n.º 1/77/A, de 10 de Fevereiro.

Artigo 18.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto Regional n.º 1/77/A, de 10 de Fevereiro.

Artigo 19.º

Norma remissiva

As referências feitas ao Decreto Regional n.º 1/77/A, de 10 de Fevereiro, em outros diplomas legislativos ou regulamentares fazem-se para o presente diploma.

Artigo 20.º

Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos a partir da data de entrada em vigor da regulamentação a que faz referência o n.º 3 do artigo 16.º

Ponta Delgada, 12 de Março de 2003

Os Deputados do Partido Socialista/Açores, *Vasco Cordeiro, Fernando Lopes, Francisco Sousa, Manuel Campos e José San-Bento.*

—

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*